



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional

Renata Franca Guimarães

**IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO INFANTIL E ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Teófilo Otoni

2022

Renata Franca Guimarães

**IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO ENSINO INFANTIL E ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Dissertação apresentada ao MESTRADO
PROFISSIONAL EM MATEMÁTICA EM
REDE NACIONAL, nível MESTRADO como
parte dos requisitos para obtenção de título de
MESTRA EM MATEMÁTICA, sob orientação
do Prof. Dr. Carlos Henrique Alexandrino.

Teófilo Otoni

2022

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

R394i Guimarães, Renata Franca
2022 Importância da Educação Financeira no Ensino Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental [manuscrito] / Renata Franca Guimarães. -- Teófilo Otoni, 2022.
62 p. : il.

Orientador: Prof. Carlos Henrique Alexandrino.

Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática) -- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Programa de Pós-Graduação em Matemática, Teófilo Otoni, 2022.

1. Educação Financeira. 2. Educação Financeira Infantil. I. Alexandrino, Carlos Henrique. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRVJM com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-2886 e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFRVJM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

RENATA FRANCA GUIMARÃES

IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional - PROFMAT da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, nível de Mestrado, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Alexandrino

Data de aprovação 19/04/2022.

Prof. Dr. Edileno de Almeida Santos - (UFVJM)

Prof. Dr. Fábio Corrêa de Castro - (UFES)

Prof. Dr. Carlos Henrique Alexandrino - (UFVJM)



Documento assinado eletronicamente por Carlos Henrique Alexandrino, Servidor (a), em 09/05/2022, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Edileno de Almeida Santos, Servidor (a), em 09/05/2022, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por Fábio Corrêa de Castro, Usuário Externo, em 10/05/2022, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0711823 e o código CRC 9CF8FD4A.

“O amador acredita que deve primeiro superar o seu medo, então ele pode fazer o seu trabalho. O profissional sabe que o medo nunca pode ser ultrapassado. Ele sabe que não existe tal coisa como um guerreiro sem medo ou um artista livre de pavor”.

Steven Pressfield

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela graça da vida, pelo seu amor e cuidado durante todos esses anos.

Ao meu esposo Vivaldo, por acreditar e me apoiar nesta jornada. Sem seu apoio jamais seria possível.

À minha filha Alícia, por deixar meus dias mais felizes.

Ao meu pai e à minha mãe pela vida que me deram. Por todo esforço e dedicação em nos dar educação. Pois mesmo sem muitos anos de estudo, viram o valor que a educação tem.

Aos meus irmãos pelo incentivo e carinho de uma vida toda.

Ao Prof. Dr. Carlos H. Alexandrino pela paciência e competência em orientar esta pesquisa.

RESUMO

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de Mestrado Profissional em Matemática – PROFMAT e tem o propósito de apresentar o conceito de educação financeira, sua importância no contexto familiar e escolar. O foco da pesquisa foi, principalmente, evidenciar a importância em começar o ensino da educação financeira desde as crianças, pois estas terão maiores possibilidades de se tornarem adultos conscientes de suas finanças, bem como o aprimoramento da capacidade financeira, para que possam tomar decisões mais seguras e fundamentadas, tornando-se, assim, mais integrados a uma sociedade cada vez mais saudável financeiramente, buscando uma postura adequada para uma melhor qualidade de vida. Para suporte à discussão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do tema, no intuito de apresentar a visão de diversos autores sobre a temática. Para melhor compreensão do assunto por parte do público-alvo, a pesquisa se complementa com sequências didáticas, a qual objetiva exemplificar como a educação financeira pode ser abordada em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Financeira. Educação Financeira infantil.

ABSTRACT

This work is part of a PROFMAT Professional Master's in Mathematics research, and aims to present the concept of financial education, its importance in the family and school context. Focusing, mainly, on highlighting the importance of starting the teaching of financial education from children, where they will have greater possibilities of becoming adults aware of their finances, improvement of financial capacity, so that they can make increasingly safe and informed decisions, making them if so, more integrated into an increasingly financially healthy society, seeking an adequate posture in search of a better quality of life. To support the discussion, a bibliographic research was carried out on the subject, in order to present the vision of several authors on the subject. For a better understanding of the subject by the target audience, the research complements with a didactic sequence. That aims to exemplify how the subject can be approached in the classroom.

Keywords: Financial Education. Children's Financial Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Objetivos espaciais e temporais.....	33
Figura 2- Ligações entre as competências.....	34
Figura 3- Quatro eixos temáticos para ensino financeiro na infância.....	35
Figura 4- lista de produtos disponíveis.....	43
Figura 5- lista de preços.....	43
Figura 6- Preço em mercados diferentes.....	45

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	2
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	5
2.1 Um pouco da história do dinheiro.....	5
2.2 Educação financeira em documentos oficiais.....	8
2.3 Surgimento da educação financeira.....	12
3 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	15
4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA INFANTIL.....	21
4.1 Importância da educação financeira infantil.....	21
4.2 Influência dos pais na educação financeira.....	23
4.2.1 Mesada.....	24
4.3 Educação financeira nas escolas.....	26
5 ENSINANDO EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM SALA DE AULA.....	32
5.1 Estrutura pedagógica apresentada pela Enef.....	32
5.2 Sequência didática.....	39
5.2.1 Sequência didática 1.....	40
5.2.2 Sequência didática 2.....	45
5.2.3 Sequência didática 3.....	50
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Por muitos anos, o Brasil sofreu com inflação alta. No período entre 1985 e 1994, expressões como cortes de zeros, congelamento de preços, indexadores, faziam parte do dia a dia dos brasileiros. Período este de hiperinflação. Os números eram tão alarmantes que em 1993 – quando foi registrada a maior inflação anual – a mesma chegou a atingir 2.477% (Bacen, 1994). Diante desta superinflação, era difícil pensar em planejamento a médio ou longo prazo, visto a imprevisibilidade de fazer uma simples compra. Tanta volatilidade, gerou brasileiros que não tiveram a oportunidade de conhecer muito menos pôr em prática os conceitos sobre finanças pessoais durante essa fase monetária.

Tem-se falado muito sobre educação financeira na mídia, empresas e em algumas escolas. O tema, definitivamente, de alguma forma, entrou no cotidiano das pessoas. Basta acompanhar as notícias em jornais e revistas, que ali a educação financeira estará, em diferentes abordagens. Mas muitos têm dúvidas do real significado de “educação financeira”.

Segundo Modernell (2011), o conceito de educação financeira é bastante amplo. É mais que fazer planilhas ou saber Matemática Financeira. É mais simples, mas pode não ser apresentado com simplicidade o bastante para sensibilizar donos(as) de casa, aposentados distantes do mercado financeiro, crianças e adolescentes, pessoas de todas as classes sociais e de diferentes níveis econômicos e culturais, pois não estará sendo efetivo o suficiente. A educação (até a financeira) deve ser inclusiva.

Modernell (2011) diz que os princípios da educação financeira visam ajudar as pessoas a adquirir bons hábitos financeiros para que possam melhorar suas condições de vida, sejam elas provenientes de famílias de baixa renda ou classes mais privilegiadas. O foco não deve ser na busca de conhecimentos nem na perseguição das riquezas, mas, sim, o aprimoramento de atitudes e posturas que rendam mais dinheiro, para que proporcione às pessoas mais tranquilidade, mais segurança, mais conforto.

Atitudes simples como pesquisar preços, pensar a longo prazo, manter reservas financeiras ou oportunidades, fazer investimentos compatíveis com seus sonhos, comparar preços, pagar à vista, controlar despesas, evitar desperdícios, conhecer direitos do consumidor, preservar bens e a valorização do patrimônio, evitar compras por impulso, antecipar-se a armadilhas do marketing, resistir à tentação de crédito fácil, exigir nota fiscal, informar-se sobre condições contratuais, guardar termos de garantia, ser previdente, são atitudes simples que,

quando adotadas na rotina, podem resultar em economias e ganhos financeiros relevantes. Atitudes como essas são resultado de uma verdadeira educação financeira.

Sobre educação financeira, D'Aquino (2014) esclarece que, nos países desenvolvidos, ela é de responsabilidade das famílias. Às escolas, fica reservada a função de reforçar a formação que o aluno adquire em casa, mas no Brasil, infelizmente, a educação financeira não é parte do universo educacional familiar, tampouco escolar. Assim, a criança não aprende a lidar com dinheiro nem em casa, nem mesmo na escola. As consequências disso podem ser determinantes para uma vida de oscilações econômicas, com graves repercussões tanto na vida do cidadão, quanto na do país.

Atualmente, com relativa estabilidade da moeda, vemos o consumo desenfreado de crédito, muitas compras a prazo e financiamentos, os quais são bastante atrativos para quem não tem a possibilidade de realizar uma compra à vista. Porém, essas operações acarretam um grande número de famílias com problemas financeiros. Segundo o levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC) realizado em outubro de 2021, o total de brasileiros endividados é de 74,6%; com o percentual de famílias com dívidas ou contas em atraso, atingiu 25,6% do total. Além disso, de acordo com a pesquisa, a parcela das famílias que declararam não conseguir pagar suas contas ou estão em atraso foi de 10,1% dos entrevistados.

Diante desse cenário, além da constatação de que não houve educação financeira adequada para os brasileiros, viu-se a necessidade de tratar o tema nas escolas. Desde o Ensino Infantil ao Ensino Médio, a Educação Financeira tornou-se habilidade obrigatória na grade escolar.

Em entrevista, D'Aquino prevê que a implementação da Educação Financeira auxiliaria os estudantes a se tornarem mais críticos na relação de consumo e colocar o dinheiro no seu devido lugar, não tirando a importância e não o colocando em um papel muito maior que ele tem. Além disso, traz 4 áreas nas quais os estudantes deveriam ser educados em relação ao dinheiro: como ganhar, como poupar, como gastar e como doar tempo, talento e dinheiro.

Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo principal construir um material de apoio ao professor e para ser discutido no Ensino infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, para que promova aprendizagens a respeito de temas relativos à Educação Financeira. Ademais, tentaremos responder a pergunta: Qual a melhor tática para que os indivíduos sejam educados financeiramente? Para atingir esse objetivo, foi utilizada como estratégia a revisão bibliográfica sobre o tema, assim como as sugestões de sequências didáticas. Com isso, acredita-se que crianças educadas financeiramente são impulsionadas a atingir a maturidade financeira, ou seja,

desenvolver capacidade de adiar desejos em conformidade com futuros benefícios. Como a maturidade não é um processo natural, deve-se começar a educá-las desde de muito cedo.

O presente trabalho se apoia em uma pesquisa bibliográfica que se utiliza de um levantamento de referências teóricas que já foram analisadas e publicadas em texto ou formato eletrônico, como livros, artigos científicos, sites. Para Gil (2007), os melhores exemplos desse tipo de pesquisa envolvem investigações ideológicas ou aquelas que se propõem a analisar posições diferentes.

Encontra-se organizada da seguinte forma: neste capítulo, buscou-se apresentar a motivação da pesquisa, a proposta do tema, o objeto de pesquisa, indicar a metodologia de pesquisa aplicada e os objetivos propostos.

No capítulo 2, é realizada uma pesquisa documental e bibliográfica, buscando mostrar uma cronologia dos contextos e das leis que regem/regeram a Educação Financeira no Brasil. O capítulo 3 traz a importância da educação financeira para o Brasil. O capítulo 4 ressalta a importância de ensinar Educação Financeira para as crianças. No capítulo 5, são apresentadas atividades que servem como modelo para serem implementadas no 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem como finalidade trazer uma breve história do surgimento do dinheiro, bem como evidenciar a educação financeira em documentos oficiais no Brasil. Além disso, busca mostrar a direção da BNCC para o ensino da educação financeira nas escolas e como iniciou o processo da educação financeira no Brasil.

2.1 Um pouco da história do dinheiro

Cerca de 10 a 12.000 atrás, durante a Revolução Neolítica, comunidades nômades começaram a se fixar em locais estabelecidos, dedicando-se à prática da agricultura e da pecuária. Antes desse evento, o homem vivia em constante imigração, ia se apropriando de recursos e migrando à medida em que escasseavam. Depois das primeiras aldeias, a crescente diversificação de bens de consumo e a necessidade de dar vazão ao excedente agrícola fizeram nascer os centros de troca de produtos agropecuários e de manufaturas, mas, naquela época, não havia menor preocupação com a equivalência de valores. Assim, nasceu a primeira forma de negócio entre sociedades, a troca direta de mercadorias, assim descrita por Ifrah (1997):

Primeiro tipo de troca comercial foi o escambo, fórmula segundo a qual se trocam diretamente (e, portanto, sem a intervenção de uma “moeda” no sentido moderno da palavra) gêneros e mercadorias correspondentes a matérias primas ou a objetos de grande necessidade. (IFRAH, 1997, p. 145).

Com o desenvolvimento dos manufaturados, da cultura e distribuição desigual dos recursos naturais, surgiram as dificuldades para troca – era difícil avaliar a compatibilidade dos itens trocados. Com o aumento das comunicações entre os grupos e das transações comerciais, o escambo deixou de ser solução e passou a ser um obstáculo, pois cada um mede sua própria produção de acordo com seus próprios desejos. Além disso, deveria haver interesse de ambas as partes, caso contrário, não haveria negócio.

Portanto, foi necessário criar um sistema de equivalência e avaliação relativamente mais estável, um tipo de “moeda-mercadoria”. De acordo com Ifrah (1997), a primeira unidade do escambo foi o boi, surgida na era pré-helênica. No século VII a.C., na *Ilíada* de Homero, uma mulher hábil era avaliada em 4 bois, a armadura em bronze de Glauco, em 9 bois, e a armadura de ouro de Diomedes, em 100 bois.

Outros padrões de valores surgiram. Como exemplo, podemos citar o sal, que tem origem no Império Romano. Fato que deu origem à palavra “salário” (remuneração devida pelo empregador). Nas ilhas do Pacífico, as mercadorias eram cotadas como colares de pérolas ou conchas. Na América Central pré-colombiana, os maias usavam algodão, cacau, cerâmica; os astecas, pedaços de tecido, semente de cacau; os chineses trocavam gêneros e mercadorias por padrões como dentes ou chifres de animais, conchas, couros e peles. No entanto, esses métodos apresentam muitas dificuldades na aplicação.

De acordo com Weatherford (1999), o uso de mercadorias como dinheiro nunca desapareceu. Reaparece sempre que o fluxo normal de comércio e da vida econômica é interrompido. Por exemplo, durante o reinado autoritário do presidente Nicolae Ceausescu, na Romênia, o país tinha uma grande quantidade de papel-moeda e moedas em circulação, mas o dinheiro quase não tinha valor nenhum, pois o ditador e sua esposa exportavam quase tudo o que o país produzia. Eles implementaram racionamento de alimentos, permitindo um consumo inferior a 2 mil calorias por dia para cada cidadão, e de temperatura, nas casas e nos escritórios, a temperatura não podia ser superior a 13°C. Diante de um regime tão severo, cigarros funcionavam como a moeda real da nação. Era possível comprar qualquer coisa em troca de cigarros – alimentos, produtos eletrônicos. Caixas de cigarros ofereciam a vantagem de ser facilmente divididas em dez pacotes por caixa, sendo que cada uma podia ser, posteriormente, dividida em 20 cigarros.

Devido às dificuldades de trocas através do escambo e ao grande desenvolvimento do comércio, os metais desempenham um papel cada vez mais importante nas transações comerciais, tornando a “moeda de troca” preferida dos compradores e vendedores, pela facilidade no transporte, com mesmo peso e selados com a marca oficial de uma autoridade pública, certificando o bom preço e boa qualidade. Segundo Ifrah (1997), a invenção desse sistema de troca comercial de metal é atribuída aos gregos da Ásia (ou Ásia menor) e à Lídia, no século VII antes de Cristo. Devido às suas múltiplas vantagens, foi adotado rapidamente pela Grécia, Fenícia, Roma e inúmeros outros povos, inclusive a China.

Nos primeiros anos de uso do ouro, da prata e do cobre como moeda de troca, eles tinham o valor real, ou seja, representavam fielmente seus valores como metal utilizado na fabricação. Depois de algum tempo, os valores passam a ser nominal.

Com maior desenvolvimento do comércio, as relações entre os países se estreitavam e a troca de moedas tornava-se cada vez mais comum, devido à falta de padronização da quantidade de metais em cada moeda de um país para o outro, o que resulta na necessidade de

criar uma espécie de câmbio nas trocas de moedas entre países. Isso originou a atividade de troca ou câmbio de dinheiro, exercida por alguns comerciantes – evento que deu origem à palavra “cambista”.

Essa foi a primeira geração onde se iniciou a invenção das moedas, há aproximadamente 3 mil anos, e resultou no primeiro sistema de mercados abertos e livres. Weatherford (1999) aponta que essa invenção e disseminação das moedas criaram um mercado, que as acompanhou, dando origem a um sistema cultural totalmente novo – as civilizações clássicas do Mediterrâneo. Um novo sistema monetário e de mercado finalmente se propagou pelo mundo e, gradualmente, destruiu os grandes impérios tributários da história.

A segunda geração do dinheiro se tornou hegemônica, desde o início da Renascença até a revolução industrial, e levou ao nascimento do moderno sistema capitalista mundial. Nasceu nos bancos italianos e acabou dando origem ao sistema de bancos nacionais e ao papel-moeda, que se emitia para uso no comércio diário. A invenção do sistema de operações bancárias e do papel-moeda acabou com o feudalismo, mudou a base da organização do sistema, passando de hereditariedade para posse de dinheiro, e alterou também a base do poder econômico, passando de posse de terras para posse de ações, títulos e corporações.

Durante as décadas do século XX, o sistema monetário global começou a oscilar e fraquejar, a empurrar e tropeçar. As moedas de muitos países mais fracos de repente adoeceram e morreram em um paradoxo inflacionário, enquanto as taxas de câmbio das moedas mais fortes e saudáveis cambaleavam e mergulhavam incontrolavelmente em uma direção e depois na direção oposta. Depois de reinar como as principais instituições financeiras do mundo desde a Renascença, os bancos sofreram perdas de bilhões de dólares que pareciam ocorrer inexplicavelmente da noite para o dia.

Atualmente, no campo do cyberspace, o dinheiro está sendo reinventado como uma força que pode aparecer instantaneamente em qualquer lugar do mundo e em qualquer quantidade. Não estando mais vinculado aos governos ou a um único país, esse novo dinheiro está surgindo de diversas formas. Para Weatherford (1999, p. 4):

A nova tecnologia já está mudando a forma como recebemos e empregamos o dinheiro e criará um sistema totalmente novo de ricos e pobres. O novo sistema monetário irá transformar a maneira como distribuimos os produtos e a forma como subsidiamos a vida civil. Reorganizará o mapa político do mundo e criará entidades locais e globais totalmente novas que dificilmente imaginamos hoje. O sistema que vem surgindo irá mudar o significado do dinheiro.

A atual mudança revolucionária na natureza e nos usos do dinheiro constitui a terceira grande mutação no dinheiro.

O dinheiro, portanto, começou como artigos de cobre, prata, conchas e ouro, mas hoje inclui moedas e notas, cheques e contas bancárias, números em livros-razão e cartões plásticos em relevo, informação eletrônica em telas de computadores e dígitos armazenados em chips de silicone.

2.2 Educação financeira em documentos oficiais

De acordo com Artigo 205, da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Com essa garantia, a educação passa a ser obrigação do Estado e, assim, a União ficou com a obrigação da legislação das diretrizes e bases da educação nacional, através da promulgação da Lei nº 9.394, que ficou conhecida como LDB/96 (BRASIL, 1996).

A Lei de diretrizes e bases da educação – LDB/96 apresenta conceitos, valores e finalidades para a educação brasileira e tem como função regular o sistema educacional (público e privado), estruturando toda a da educação no país. A LDB/96, em um dos seus artigos, determina a criação de uma base nacional, mas flexibiliza uma parte desse currículo de acordo com as características regionais, conforme se lê:

Art. 26 Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. (BRASIL, 1996, n.p)

No documento, confirma-se a existência de temas transversais que, segundo o Ministério da Educação (MEC), buscam uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e das responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Portanto, cabe aos sistemas e às redes de ensino, dentro de sua própria autonomia e competência, incorporar aos currículos propostas pedagógicas que abordem temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integrada.

Os temas transversais são assim chamados por não pertencerem a nenhuma disciplina específica, mas por atravessarem todas elas como se a todas fossem pertinentes. Eles fazem parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), criados a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido em 1999. Não são obrigatórios por lei, são apenas diretrizes nas quais as secretarias e as unidades escolares poderão se basear para elaborar seus próprios planos de ensino.

Segundo Giordano et al (2019), nos PCNs, a Educação Financeira não é encontrada de forma explícita, mas é possível encontrar orientações para abordar os problemas do dia a dia dos alunos, muitos dos quais, direta ou indiretamente, estão relacionados à situação econômica do aluno, de sua família, da escola, da sua comunidade, do seu país e, até mesmo, questões de caráter global.

Diante disso, podemos deduzir a existência de um ambiente fértil: a Educação Financeira. No PCN de Matemática, há habilidades e competências associadas à Matemática Financeira, mas é nos PCNs de Temas Transversais (BRASIL, 2000b) que os problemas característicos da Educação Financeira ganham destaque, sobretudo em “Ética e Cidadania”, “Meio Ambiente” e “Trabalho e Consumo”, nos quais podemos encontrar questões relacionados à economia, às finanças e ao consumo. Portanto, podemos inferir que as necessidades formativas presentes no PCN podem ser capazes de dar oportunidades aos alunos a adquirir competências e habilidades para o pleno exercício da cidadania, surgindo, também, as primeiras sugestões sobre questões econômicas e financeiras no âmbito escolar.

Em 2014, o Ministério da Educação e Cultura inicia a elaboração da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, um documento normativo, com o objetivo de trazer um conjunto de conhecimentos essenciais que os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica para o pleno exercício da cidadania, para adaptação ao mundo do trabalho e para a solução de questões cotidianas, de forma plena, por toda a população brasileira. De acordo com a BNCC:

Porém, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e as propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: [...] bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/201023). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las de forma contextualizada. (BRASIL, 2017, p. 19 e 20)

Em 2014, inicia-se a elaboração da BNCC pelo Ministério da Educação e Cultura. A primeira versão da BNCC fica pronta no ano de 2015. Algumas alterações são feitas e, em 2016, é concluída uma outra versão. A versão final do documento foi homologada no ano de 2017. Podemos perceber que, já na introdução, a BNCC traz referências à educação financeira, pois apresenta, de forma clara e objetiva, a orientação de que sejam abordados conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira.

A BNCC conduz a educação financeira e o consumo de forma transversal, nas disciplinas de Língua Portuguesa, Arte, Língua Inglesa, Matemática, Geografia e História. Em Língua Portuguesa, uma das habilidades previstas é de que os alunos aprendam a ler e compreender, com autonomia, boletos, faturas e carnês. Nas Ciências Naturais, a BNCC concentra em habilidades relacionadas ao cálculo do consumo de energia elétrica de eletrodomésticos e à avaliação do impacto do uso no orçamento mensal da família.

Podemos notar que tais habilidades podem ter impactos positivos na saúde financeira do cidadão. Buscando prover educação financeira para os alunos, pois a formação de um cidadão consciente e esclarecido quanto a suas finanças e seu uso lhe dá mais oportunidades e conhecimentos para administrar seus recursos de forma positiva e sustentável. Essas mudanças não dependem apenas da utilização de cálculos e planilhas, mas também do desenvolvimento de novos hábitos, comportamentos e valores.

O documento não aborda o tema explicitamente no Ensino Infantil. Mas é abordada no Ensino Fundamental, principalmente em Matemática e Ciências da Natureza. A BNCC traz a educação financeira em um papel de consolidação e apresenta competências e habilidades específicas ao longo do documento. A BNCC relaciona a EF e o Ensino Fundamental da seguinte forma:

Outro aspecto a ser considerado nessa unidade temática é o estudo de conceitos básicos de economia e finanças, visando à educação financeira dos alunos. Assim, podem ser discutidos assuntos como taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos. Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. É possível, por exemplo, desenvolver um projeto com a História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing. (BNCC, 2017, p. 271)

A BNCC se utiliza de competências específicas para mostrar o que esperar dos componentes curriculares aprendidos. Na competência específica 6, por exemplo, bastante ampla, ela pressupõe habilidades para enfrentar situações-problema em diversos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas e dados). Ligada a essa competência, a BNCC traz a educação financeira contextualizada na habilidade conforme se lê:

Associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100% respectivamente à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros. (BNCC, 2017, p. 297)

Já na competência 2, a proposta é desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo. Já em relação à habilidade, o documento prescreve:

Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, como os que lidam com acréscimos e decréscimos simples, utilizando estratégias pessoais, cálculo mental e calculadora, no contexto de educação financeira, entre outros. (BNCC,2017, p. 309)

Na Competência 5, segundo a BNCC estão relacionadas a habilidades de utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados. E mais uma vez é contextualiza a educação financeira:

(EF09MA05). Resolver e elaborar problemas que envolvam porcentagens, com a ideia de aplicação de percentuais sucessivos e a determinação das taxas percentuais, preferencialmente com o uso de tecnologias digitais, no contexto da educação financeira. (BNCC, 2017, p.319)

Analisando conjunto de Habilidades e Competências específicas da Matemática envolvendo educação financeira, tema transversal da BNCC, notamos as maiores atribuições do tema ao professor de Matemática, devido à proximidade do tema com a disciplina e constante relação com o conhecimento de Matemática Financeira.

Mas vale lembrar que, segundo a BNCC, esse tema é propício para estudos interdisciplinares envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro. Por exemplo, um projeto com a História, pode ser desenvolvido para se estudar o dinheiro e seu papel na sociedade, a relação entre dinheiro e tempo, os impostos em sociedades diversas, o consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing.

A BNCC de Educação Infantil e Ensino Fundamental ficou determinada implementação ocorreria em 2020, mas devido a pandemia COVID-19, isso não aconteceu completamente.

Mas segundo João Paulo Derocy, consultor Pedagógico da BNCC, informa que a BNCC teve o papel de apoiar o planejamento no ensino remoto. E acrescenta que mais de 28 redes públicas do país monitoradas, dentro das adaptações necessárias, houve avanços no treinamento intensivo da Base.

2.3 Surgimento da educação financeira

Até o ano de 2010 eram pouquíssimas as ações voltadas para educação financeira, contudo pode-se afirmar que a educação Financeira no Brasil teve como primeira ação pública a criação do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), que foi instituído pelo Decreto 5.685 de 25/01/2006 e com a finalidade de promover a coordenação e aprimoramento da atuação das entidades da administração pública federal que regulam e fiscalizam as atividades relacionadas a captação pública da poupança popular.

Já em 31 de maio de 2007 o Coremec, com o intuito de melhorar o grau de educação financeira da população brasileira, constituiu o Grupo de Trabalho (GT) que tinha como principal objetivo propor uma estratégia nacional de Educação Financeira.

Art. 1º Fica aprovada a criação de um Grupo de Trabalho - GT a fim de desenvolver e propor, no prazo de 6 (seis) meses a contar de sua instalação e sob a coordenação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma "Estratégia Brasileira de Educação Financeira". (BRASIL, 2007)

Para auxiliar na implementação da ENEF, é lançado em 2008, o site (<www.vidaedinheiro.gov.br>), com o objetivo inicial de cadastrar ações de educação financeira, gratuitas e de conteúdo não comercial, existentes no Brasil, permitindo a formação de lista nacional.

Em 22 de dezembro de 2010 a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) passa a ser uma política nacional de caráter permanente, e suas características principais são a garantia de gratuidade das iniciativas que desenvolve ou apoia e sua imparcialidade comercial.

Art. 1º Fica instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira -ENEF com a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores. (BRASIL, n.p, 2010)

A estratégia foi formulada por meio da articulação de nove órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil, que juntos integram o Comitê Nacional de Educação Financeira - CONEF.

Art. 3º Com o objetivo de definir planos, programas, ações e coordenar a execução da ENEF, é instituído, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Comitê Nacional de Educação Financeira - CONEF [...] (BRASIL, n.p,2010)

A criação da ENEF atende às recomendações de fóruns globais como o G20 e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O estabelecimento de estratégias em nível nacional é uma das melhores formas de assegurar a eficiência e a relevância de programas de educação financeira e seus impactos de longo prazo. A partir daí a Educação Financeira começou a ganhar repercussão nacional, inclusive no âmbito escolar.

Desta forma, em 2011 foi criado um programa de Educação Financeira para o Ensino Médio, implementado em caráter experimental em seis escolas públicas dos seguintes estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará, Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal.

O principal objetivo da proposta da ENEF nas escolas (BRASIL, 2011) foi a educação das crianças e adolescentes, afim de instruí-los no uso consciente do dinheiro, cultivando hábitos e comportamentos mais adequados para a sua saúde financeira e bem-estar social. A proposta parte do pressuposto que as pessoas educadas financeiramente podem contribuir de forma mais efetiva para a formação de uma sociedade mais responsável e comprometida com o futuro.

A partir de 2014, elaborou-se o programa de Educação Financeira para o Ensino Fundamental. Participaram, em caráter experimental, algumas escolas da rede municipal de duas cidades brasileiras: Joinville (SC) e Manaus (AM).

Em 20 de dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL,2017) foi homologada pelo ministro da Educação, Mendonca Filho.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017, p. 7).

A inclusão da Educação Financeira como tema transversal na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) favorece ainda mais a proliferação em massa da Educação Financeira no Brasil.

Porém, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas,[...] educação para o consumo, educação financeira [...] (BRASIL, 2017,. 19 e 20).

Essa transversalidade possibilita o diálogo entre a Educação Financeira e outros assuntos correlatos, como a educação econômica e a educação para o consumo em quatro áreas de conhecimento: Linguagem e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias.

3 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Neste capítulo, destacamos as mudanças que vivenciamos nas últimas décadas, especialmente no setor econômico. Essa análise contribui para a percepção de um cenário que aponta para a importância dessa discussão nas salas de aula.

O Brasil viveu um longo período de instabilidade econômica e as décadas de 80 e 90 foram marcadas por picos de hiperinflação e nem mesmo os planos econômicos: Cruzado (1986), Bresser (1987), Verão (1989), Collor I (1990) e Collor II (1991) conseguiram a inflação. Naquela época, os brasileiros viviam todos os dias com a necessidade de consumo imediato devido à perda de poder de compra, afinal, era comum o reajuste de preço no mesmo dia. A inflação literalmente corroía as oportunidades de comprar, além de comprometer a capacidade de planejamento financeiro a longo prazo.

Assim, até o final dos anos 1990, o tema educação financeira se limitava às dicas de investimento de especialistas em produtos do mercado financeiro, ensinando como preservar ou multiplicar os seus recursos, porém, essas dicas tinham como público alvo pessoas que já possuíam algum recurso que poderia ser investido por certo tempo. Claramente, nesses casos, o foco nunca foi de orientar as pessoas a planejar suas finanças ou mostrar o caminho para a organização de um plano que resultasse em poupar.

A inflação foi uma praga que afligiu o país causando o empobrecimento dos mais pobres, a confusão na contabilidade das empresas, a incapacidade de prever e planejar, de fazer qualquer previsão e planejamento, tudo ficou insustentável. De fato, neste cenário, o planejamento era muito difícil, mesmo a curto prazo.

Convivendo com altas taxas de inflação, para a população não era adequado ficar com dinheiro guardado em casa. Alguns buscavam aplicações financeiras. No entanto, uma parcela significativa da população, principalmente os de menor poder aquisitivo, não tinham acesso ao sistema bancário. Era preciso correr aos supermercados para transformar o dinheiro em alimentos.

Alguns autores entendem que esses períodos de inflação alta influenciam a tomada de decisão do consumidor ainda hoje, contribui para uma perspectiva de consumo imediata: mesmo com preços estáveis, algumas pessoas continuam estocando determinados produtos. Além disso, é importante notar a dificuldade dessas pessoas fazerem planejamento a longo prazo. Para D'Aquino (2014, p.10),

Duas consequências gestada nessa confusão monetária nos alcançam em cheio ainda hoje. E primeiro lugar, o fato de que vários de nós, adultos sobreviventes desse período, de alguma maneira, continuamos assombrados pelo fantasma da instabilidade. São marcas de desconfiança em relação ao dinheiro – cicatrizes – que perduram. É como se lá no fundo, bem escondido, a gente desconfiasse que uma hora dessas o “barco do real vai virar”. Resultado prático dessa disposição de espírito é a dificuldade que muitas pessoas encontram em controlar o impulso para comprar imediatamente o que querem, em detrimento da possibilidade de planejar a compra ao longo prazo. É um comportamento temerário, que coloca em risco qualquer orçamento.

A partir de 1994 veio a estabilidade da moeda, observou-se um aumento da inclusão social, contribuindo para a expansão do mercado de consumo interno. Principalmente os indivíduos pertencentes às classes C e D puderam passar a consumir mais. Este fato contribuiu para que o Brasil se tornasse um mercado de consumo de massas. E notadamente, no governo Lula, ocorreu uma grande expansão do crédito. Cresceu entre 2002 e 2008 de 22% do PIB para quase 40%, uma porcentagem ainda pequena quando comparada com outros países, mas crescendo rapidamente.

Hoje não temos a mesma estabilidade, de acordo com Baccarin e Oliveira (2021) no Brasil, entre 2007 e 2019, houve manifestação da inflação de alimentos. Enquanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) crescia 103,5%, um de seus nove grupos, o Índice de Preços de Alimentação e Bebidas (IPAB), expandia-se em 155,7%. Sob os impactos da Pandemia, este fato continuou a se registrar.

Diante da percepção de todo contexto do país, acena para a importância da discussão de uma proposta de educação financeira no Brasil. Definida pela OCDE (2005), como um processo pelo qual os indivíduos melhoram sua compreensão dos produtos financeiros e riscos, para que, com informações e recomendações claras, possam desenvolver habilidades e confiança necessária para tomar decisões fundamentadas e seguras que melhoram a qualidade de vida.

De acordo com Saito (2007), a educação financeira é mais do que simplesmente fornecer informações financeiras e conselhos. Dessa forma o processo estimula o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e aptidões, formando cidadãos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparado para administrar com sucesso suas finanças pessoais.

Porém, no Brasil em 2021 cerca de 74,6% das famílias brasileiras possuem algum tipo de dívida, segundo o levantamento da Confederação Nacional do Comércio (CNC), realizado em setembro de 2021.

Frankenberg (1999) alerta que no Brasil, pouca ou nenhuma educação financeira, anos de inflação, desinformação e erros cometidos por sucessivos governos levaram a noções de finanças, em conceitos financeiros equivocados, são absorvidos sem objeção e com total passividade financeira. Em um País, mesmo com avanços, educação financeira é ainda pouco encorajada, a discussão sobre o assunto é de grande importância.

Para Saito et al (2007) na presente sociedade, os indivíduos necessitam dominar uma série de propriedades formais que proporcione uma compreensão lógica e perfeita das forças que afetam seu ambiente e as suas relações com os demais. O domínio de parte dessas propriedades é adquirido por meio da educação financeira, é entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, aprimorando no gerenciamento de suas finanças pessoais. À medida que melhoram essas competências e capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados socialmente e mais ativos na esfera financeira, aumentando assim o seu bem-estar.

Soares e Sobrinho (2008) apontam que no contexto brasileiro, onde há grandes desigualdades na distribuição da renda, em que um grande número de pessoas vive exclusas dos serviços financeiros, avanços recentes sobre níveis de emprego e de renda, provocaram um gradual e consistente aumento das classes de menor renda. Reagindo a esse fenômeno, o sistema bancário tradicional brasileiro tem aumentado a oferta de serviços financeiros para populações antes não atendidas.

Mesmo com cenário acima, estudo do Ipea evidenciou que 47% do declínio recente na desigualdade, e isso se deve à melhor distribuição da renda do trabalho, ou seja, de menos disparidade salarial, em parte explicada pelo crescimento econômico com a criação de empregos no setor formal da economia.

Na área social, os programas de combate à pobreza, como os de transferência condicionada, explicariam 35% da redução observada na disparidade da renda. Outros fatores, como melhor qualificação dos trabalhadores, respondem por 18% dos resultados obtidos

Portanto, Savoia et al (2007) defendem que o consumo das famílias por si só não pode estimular os investimentos, gerar empregos e aumentar de renda. E ainda mais grave que os indivíduos estão cada vez mais atraídos por crédito fácil, e muitas vezes fora do orçamento, acarretando em endividamento. Consta-se que o aumento do poder aquisitivo estimulou as pessoas a comprarem mais, mas como um segmento da população não tinha educação financeira, isso torna-se um agravante pois elas acabam fazendo mal-uso do dinheiro.

Como resultado, a gama de produtos financeiros disponíveis aos consumidores e investidores se expandiu, aumentando as opções dos indivíduos, e, ao mesmo tempo, aumentado a responsabilidade nas escolhas que fazem. A ascensão econômica de novos consumidores expõe esses indivíduos a instrumentos e operações financeiras, sem devido preparo para compreendê-los e lidar com eles. Não só as informações são de difícil acesso, mas também a falta de conhecimento para compreender as características, os riscos e as oportunidades envolvidos em cada decisão.

A falta de controle financeiro e o endividamento das famílias devido elevados padrões de consumo, não afeta apenas a saúde financeira pessoal, mas também o desenvolvimento das economias e sua sustentabilidade a longo prazo. Assim, controlar é, acima de tudo, condição para que gerações futuras tenham um melhor controle financeiro.

A pesquisa nacional sobre o grau de conhecimento sobre o campo financeiro dos brasileiros, realizada pelo Instituto Data Popular para desenvolvimento da ENEF, mostra que, ao contrário da abordagem em que o dinheiro é visto como capital, uma ferramenta para aumentar a riqueza, a população considera o dinheiro somente como meio de pagamento, para resolver problemas do dia a dia.

Ao mesmo tempo, se para alguns especialistas, investir significa alocar recursos para aumentar a capacidade produtiva da economia, para a população, investir significa comprar bens: imóveis, carros, eletroeletrônicos, educação, em especial dos filhos, roupas, entre outros. Excluindo juízos de valor a propósito dessas questões (imóveis e educação, por exemplo, podem ser vistos como investimentos), o fato é que existe distância entre o entendimento desses conceitos por parte dos técnicos e da população, que os enxerga sob a lógica da razão prática e da experiência cotidiana, sem preocupação de fazer reserva financeira.

A falta de habilidade na gestão de recursos, refletida no aumento do endividamento familiar, ou a falta de planejamento financeiro a curto, médio ou longo prazo, é um exemplo dessa situação. A esse respeito Cabral (2013, p. 6) afirma:

O consumo desenfreado de bens e serviços estimula o aumento do preço dos produtos, que por sua vez elevam o nível de inflação, desvalorizam a renda pessoal disponível e lançam os consumidores aos empréstimos pessoais, aos cartões de crédito, a utilização de limites de cheque especial, que no final desse ciclo terão um grande desequilíbrio financeiro. Adotar o consumo consciente e evitar situações de risco em investimentos, empréstimos e outras transações financeiras no cotidiano, impedirá que no futuro comprometa sua vida pessoal ou o equilíbrio financeiro da sociedade.

Para Cabral (2013), aplicar o consumo consciente e evitar situações de risco em investimentos, empréstimos e outras transações financeiras no cotidiano, ajudará a não comprometer sua vida pessoal ou o equilíbrio financeiro da sociedade. Percebe-se que ao atingir o equilíbrio financeiro no que diz respeito ao consumo consciente, é possível garantir os pagamentos de contas, uma reserva de dinheiro e assim planejar novas metas para o futuro. É importante que as pessoas tenham consciência disso hoje, para que futuramente possa ter uma vida financeira tranquila e estável.

Não ignorando que a formação de reservas pelos indivíduos depende, de alguma forma, da existência de produtos financeiros adequados ao consumidor, é certo que a decisão de poupar ou de consumir é influenciada por fatores psicológicos e culturais. Assim, ao conscientizar os indivíduos quanto aos fatores internos e externos que influenciam suas escolhas, a educação financeira pode contribuir para o equilíbrio entre necessidade e desejos, submetidos aos apelos imediatos do consumo, com os objetivos de longo prazo. ENEF (2017)

Em geral, as pessoas pouparam pouco por diferentes motivos: falta de informações e conhecimentos básicos sobre finanças, desconforto com a ideia de investir, dificuldade de abrir mão de gratificações imediatas e problemas decorrentes de dívidas contraídas.

Mankiw apud Freitas (2014) ressalta que o investimento em educação é tão importante quanto o investimento em capital físico para o sucesso econômico a longo prazo de um país. Percebe-se que a educação financeira é imprescindível para que a população se torne menos vulneráveis ao consumismo, para que possam tomar decisões financeiras cientes das consequências que essas possam trazer.

A importância do planejamento financeiro pode ser conscientizada através da educação financeira, para que desenvolvam uma relação equilibrada com o dinheiro e adotarem decisões financeiras e consumo de qualidade. Também pode estimular a população de ter sua poupança.

Vieira et al (2011) apontam que a crescente da complexidade das operações e serviços financeiros, a globalização, os avanços tecnológicos, os novos canais de distribuição eletrônica e a integração do mercado exigem dos cidadãos uma cultura financeira mais adequada e conscientização, para que possam se integrar a essas transformações e que os resultados obtidos sejam para melhor qualidade de vida, particular e para a sociedade. No Brasil, a situação é preocupante, pois não é algo que se encaixe na vida das pessoas de uma forma que ajude a propagação de conceitos.

Savoia et al (2007) diz que no Brasil, há uma situação preocupante no setor da educação financeira, o que exige a urgência de abranger o assunto em todas as áreas, até porque considerando a desequilibrada distribuição de renda desse país, onde representativa parte dos

recursos produtivos é repassada ao Estado, o que torna a excelência na gestão de recursos escassos, imprescindível para parte da população. No entanto, a responsabilidade não é apenas do poder público, mas de um amplo leque de ações, que envolve principalmente a família.

Para D'Aquino (2014), a função da educação financeira deve ser tão-somente criar as bases para que na vida adulta os filhos possam ter uma relação saudável, equilibrada e responsável com relação ao dinheiro. Pode-se dizer, que quando se tem uma base de conhecimento necessário para o futuro, o indivíduo cria um equilíbrio de um orçamento familiar pode proporcionar uma independência financeira. Porém para que isso aconteça é necessário que desde primeiros anos de vida a educação financeira seja algo constante e presente ao longo da vida.

A discussão sobre educação financeira se fez ainda mais necessária depois de 2020, onde vivemos um momento particular na nossa história, depois de quase dois anos de isolamento social provocado pela pandemia do COVID-19. Período que mudou drasticamente a rotina da população, obrigando o fechamento de diversos empreendimentos. Como resultado, instaurou-se uma crise econômica sem precedentes, uma vez que as empresas sem receita, reduziram o quadro de funcionários, muitos profissionais autônomos e informais ficaram sem fonte de renda e parte população permanece sujeita a auxílios governamentais.

O atual contexto econômico deixa claro a necessidade de se repensar os gastos em casa, gerenciar melhor os recursos e, acima de tudo, ter um controle financeiro eficaz. Afinal, saber o quanto se gasta e com o quê, possibilita identificar para onde o dinheiro está indo e, assim, adequar melhor as ações em prol de uma saúde financeira.

4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA INFANTIL

Administrar as finanças pessoais é um desafio que grande parte dos adultos não consegue enfrentar com sucesso. Para que pessoas adultas se tornem indivíduos adequadamente responsáveis por suas finanças é preciso uma base de conceitos e, por isso, a importância da educação financeira infantil. A criança educada financeiramente desde os primeiros anos de vida se tornará uma pessoa consciente e responsável financeiramente no futuro. Segundo D’Aquino (2014, p. 15), “a função da educação financeira infantil deve ser somente criar a bases para que na vida adulta nossos filhos possam ter uma relação saudável, equilibrada e responsável em relação ao dinheiro”.

4.1 Importância da educação financeira infantil

De acordo com Andrade (2021), a Neurociência tem se dedicado ao estudo de processos de aprendizagem e desenvolvimento do ser humano ao longo da vida. Em suas pesquisas, ela percebe a plasticidade do cérebro em cada fase da vida. Constatou-se que a primeira infância é onde ocorre o período de maior plasticidade, ou seja, crianças até os 6 anos apresentam maior capacidade de aproveitamento da aprendizagem, por meio de estímulos positivos ou não, são responsáveis por estruturar o cérebro a longo prazo.

Para muitos responsáveis, a educação financeira não se trata de uma questão importante, visto que a criança não tem o conhecimento monetário na fase infantil. Porém, o que não se percebe é que essa criança um dia se tornará adulta e, quanto mais cedo lhe apresentarmos uma conduta positiva em relação aos recursos financeiros, melhor e mais saudável será a sua vida no futuro, na qual terá consciência e capacidade de planejamento para distribuição dos seus recursos financeiros.

Educar uma criança financeiramente é favorecer para que elas tenham relações de ética com o dinheiro, demonstrar maneiras de como gastar, poupar, fazer escolhas conscientes que irão influenciar seu bem-estar pessoal.

O principal objetivo de educar os filhos em relação ao dinheiro deve ser levá-los a atingir a maturidade financeira, ou seja, a capacidade de adiar os desejos de agora em função de futuros benefícios. Como é a natureza humana buscar a satisfação imediata para todos os desejos e necessidades, a maturidade financeira é muito pouco natural. (D’Aquino, 2014, p. 18)

A educação financeira infantil ajudará a criança a tornar-se um adulto consciente através das informações adquiridas ao longo da vida, contribuindo a uma melhor qualidade de vida.

Segundo D'Aquino (2014), a relação com dinheiro é algo construído a longo prazo. Raramente, esse modelo será decidido com uma única frase ou uma cena impactante.

Para Cerbasi (2019), dinheiro deve fazer parte do cotidiano da criança para que não sejam criados bloqueios capazes de dificultar seu uso na vida adulta

A educação financeira para as crianças deve propiciar diferenciar necessidades de desejos e perceber as possibilidades limitadas que o dinheiro pode atender, aprendendo que podem sonhar com um futuro financeiro melhor. Mas, para que isso aconteça, terão que aprender a fazer escolhas, a aproveitar oportunidades, a buscar formação e informação compatíveis com suas aspirações e muitas vezes a adiar desejos momentâneos para a realização de algum objetivo importante. Devem desenvolver hábitos financeiros saudáveis para mantê-las longe do consumismo desenfreado, mas ao mesmo tempo encorajá-las a desfrutar do prazer que o dinheiro possa proporcionar, sem se tornarem escravas dele.

Cerbasi (2019) aponta que tomar iniciativas corretivas precocemente é a chave para distinguir um milionário de um endividado. Portanto, é necessário criar competências suficientes para criar seus próprios recursos de forma a ser independente em menos tempo. Observa-se que ter uma boa relação com o dinheiro no dia a dia ajudará nas escolhas futuras da criança, cultivando conhecimentos necessários para que essas sejam capazes de fazerem escolhas adequadas na sua trajetória financeira.

Para Kioyosaki (2018), a alfabetizar financeiramente é essencial na formação das crianças, que devem não só aprender e entender as letras, mas também aprender e entender números. Daí a necessidade de se criar estímulos para que a criança seja influenciada e leve isso para o seu dia a dia. Não há regras para educar financeiramente uma criança, cada família possui uma cultura, cada escola passa os seus ensinamentos de uma forma. E, claramente, as pessoas que pertencem ao seu círculo cultural influenciarão de forma diferente. Embora existam apenas perspectivas de que crianças estimuladas à educação financeira apontem para mudança de comportamento futuro, não há pesquisas que comprovem.

A educação financeira pode ser realizada por meio da família, na escola, na comunidade na religião e nos meios de comunicação, pois esses são os ambientes em que toda criança pode circular, ao longo da vida. Assim, nesses espaços, ela pode aprender, de forma implícita ou não, a maneira de lidar com o dinheiro.

Após a exposição à educação financeira, as crianças mudam totalmente seu comportamento. É fácil perceber sua atitude cautelosa em relação a seus brinquedos, suas roupas e seu dinheiro. Todas passam a adotar cofrinhos, atentam aos preços das coisas, muitas abandonam ou reduzem o hábito de colecionar figurinhas e preencher álbuns, preocupam-se mais ao combate ao desperdício, prestam mais atenção nas questões ambientais, combatem mais desperdícios como a água, a energia e os alimentos, demonstram maior maturidade e consciência com a importância da poupança para o seu futuro Modernell (2009, apud Pereira et al).

Para D' Aquino, as crianças devem ser informadas que de que a alegria de poupar é similar ao que se obtém ao gastar dinheiro. São prazeres que se complementam. Para essa, autora (2014, p. 62), “saber gastar é uma habilidade tão importante quanto saber poupar”. Por isso, a importância do equilíbrio de poupar e gastar, já que os dois conceitos se complementam. A educação financeira poderá criar toda uma base para que o indivíduo consiga um futuro promissor, tanto na vida pessoal, quanto na profissional. O suporte principal para a educação financeira infantil será a família, em especial, os pais, que estão presentes na vida dos filhos desde quando eles nascem e acompanham toda sua evolução com o decorrer dos anos.

4.2 Influência dos pais na educação financeira

Conforme D' Aquino (2014), a construção das bases de nossa relação ao dinheiro vai até os 5 anos. A partir desta idade, tendemos a repetir padrões de comportamento aprendidos, sem conseguir fazer mudanças consideráveis, a tendência é consolidá-los. Portanto, as bases da educação financeira são transmitidas no cotidiano familiar, no relacionamento entre pais e filhos. Atitudes do dia a dia ajudam a criança a preparar-se para postergar desejos e suportar a espera em nome de benefícios no futuro.

A família é a maior responsável na transferência de valores culturais e éticos para as crianças. As decisões e o futuro dos filhos são influenciados diretamente pela família.

Segundo Frankenberg (2009), os pais são os maiores modelos para os filhos, tanto positiva ou negativamente, pois o que aprendemos na infância, de uma forma ou outra, ficará gravado em nossos cérebros. Os pais são sempre chamados, pois é deles o dever de educar seus filhos.

Nesse sentido, Cerbasi (2006) enfatiza que é responsabilidade dos pais ensinar valores aos seus filhos. As crianças começam a agir de acordo com o exemplo dos pais. Dessa forma,

eles são os que mais influenciam a vida das crianças, por isso, é importante que tomem decisões consistentes para não influenciarem indevidamente seus filhos.

Embora o dinheiro seja um dos tópicos de que mais falamos em nosso cotidiano, ele ainda é considerado um sério tabu em nossa cultura – o que pode, muitas vezes, dificultar a maneira como lidamos com ele. Em muitas famílias, o silêncio em relação ao dinheiro só é quebrado quando surge uma grande necessidade, que pode não ser o melhor momento.

É por isso D’Aquino (2014) sugere que o melhor momento para falar sobre dinheiro é quando você o tem. Esse é um bom momento para ensinar orçamento, discutir sobre as prioridades da família ou mesmo educar sobre investimentos. Observou-se que, mesmo sendo algo comum no dia a dia das pessoas, o dinheiro pode se tornar algo de uma complexidade inexplicável. Portanto é aconselhável começar a discutir esse assunto com antecedência para que não se torne confuso e desconhecido.

Por esse motivo, Kiyosaki (2018) enfatiza que a educação financeira deve ser ensinada a todas as crianças desde os primeiros anos de vida. E não é preciso esperar muito para ensinar aos filhos sobre educação financeira. O quanto antes falar sobre o assunto com eles, melhor será o entendimento ao longo da vida.

Cerbasi (2006) diz que, quando as crianças são pequenas, mesmo quando começam a se comunicar, elas não compreendem completamente o ato de consumo. Elas simplesmente querem algo e sabem que conseguirão o que querem de seus pais. É a fase do EU QUERO!, que dura de 1 a 2 anos de idade. Por essa razão, o papel dos pais no processo de educação financeira se torna importante – é a hora deles começarem a dizer não e assumir o controle dos desejos de seus filhos. Ao fazer esse controle, as crianças têm grande chance de não se tornarem consumistas. Nesse sentido, para que elas aprendam a se controlar, é interessante explicar a diferença entre desejos e necessidades. Portanto, ensinar aos filhos a administração do dinheiro é importante, tanto quanto ajudá-los a ter objetivos e metas realistas. Ao estabelecer metas, as crianças aprendem a economizar uma certa quantia para adquirir coisas que desejam.

4.2.1 Mesada

A mesada é um instrumento dos pais ensinar as crianças e adolescentes a serem responsáveis e amadurecerem ao administrar seu próprio dinheiro.

De acordo com D’Aquino:

Em primeiro lugar, a função primordial da mesada deve ser possibilitar que a criança seja igualmente capaz de ordenar um orçamento, definir escolhas para o dinheiro e desenvolver um plano de poupança. Em segundo lugar, a mesada é apenas uma dentre várias outras maneiras de se apresentar aos filhos o be-a-bá das finanças. D'Aquino (2014, p. 52)

Se a mesada não for dada com regularidade, seu efeito é quase nulo. Por isso, deve-se estabelecer o dia e a quantia combinados para que a criança planeje seus gastos, organize e tenha controle de sua poupança. O cálculo recomendado para esta idade é de R\$1,00 por idade, por semana. Jamais usar este instrumento como forma de: “Se você não melhorar suas notas, eu corto sua mesada” ou “Só lhe darei a mesada se você me ajudar a arrumar a casa”. O objetivo é ensinar a criança a poupar e deixá-la viver as primeiras escolhas em relação ao dinheiro (D'Aquino, 2014, p. 52)

Para Cerbasi (2006), as crianças devem compreender que o direito de decidir sobre o dinheiro é uma responsabilidade importante de que terão direito se se mostrarem suficientemente maduros e assumirem responsabilidade que lhes é atribuída. Nota-se que a mesada ajuda para que haja uma maior aproximação dos filhos, mas é importante deixar claro que não é a recompensa por um serviço prestado. A mesada não deve ser usada como ferramenta de chantagem e nem mesmo deve ser interpretada como uma recompensa por bom comportamento.

D'Aquino (2014) contrapõe essa ideia ao ressaltar que boa parte dos pais teme que, ao dar mesada sem exigir o cumprimento de alguma obrigação doméstica, os filhos acabem por absorver a ideia de que na vida não é preciso esforço para se ganhar dinheiro. Convicções desse tipo espelham bem a miopia que tantas vezes distorce e complica a execução da mesada. É importante deixar isso explícito para os filhos para que não ocorram desentendimentos e até mesmo brigas. E outros acordos devem ser discutidos de forma prévia também. Por isso, a importância de se decidir qual dos adultos se encarregará de entregar o dinheiro à criança. Isso é importante para que, no decorrer do tempo, a mesada não deixe de ser função de ninguém, bem como com qual quantia e regularidade será dada.

A mesada não tem regras definidas, pode variar de acordo com cada família, ambiente socioeconômico e idade. No entanto, os pais devem se preocupar com o tempo, pois o tempo é muito importante. As crianças pequenas têm mais dificuldade em entender, planejar e projetar período de tempo. Portanto, a melhor maneira de começar seriam as semanadas, aumentando gradativamente até, finalmente, as mesadas, sempre avaliando a maturidade das crianças.

Por isso, Cerbasi (2006) sugere aos pais uma conversa longa a respeito do assunto. Fazendo necessário estimativas da quantia adequada, esclarecendo que há limites na renda familiar e que a gestão do dinheiro faz parte da responsabilidade. A mesada, portanto, deve ser avaliada pelos pais, deixando sempre regras claras e orientações para que a disciplina aconteça por parte de ambos, filhos e pais. Estes devem respeitar os prazos e valores para ser exemplo para os filhos.

D'Aquino (2014) sugere que, dos 3 aos 5 anos, a função da semanada seja para habituá-los a esperar para receber e para gastar o dinheiro. Dos 6 aos 10 anos, os pais devem estimular a criança a registrar, todos os dias, seus gastos em um caderno que será usado somente para isso. "Tal registro possibilitará à criança dar concretude ao vai-e-vem financeiro" D'Aquino (2014, p. 58). A maioria das pessoas não detecta o motivo de suas dificuldades financeiras porque não entende os fluxos de caixa (Kioyosaki).

A partir dos 11 anos, pode-se induzir a mesada aos filhos. Nessa fase, a noção de tempo é maior. E, por isso, é importante acompanhar o valor da mesada com a idade. A sugestão é a mesma: R\$1,00 por idade, por semana (vezes 4 agora porque é mensal). Uma das vantagens de uma mesada, bem administrada e em doses suficientes, é de permitir a criança susto e angústia de falir. Tendo aprendido as consequências do uso precipitado ou displicente do tão pouco dinheiro, os filhos serão ensinados a evitar, no futuro, tropeços mais graves, com somas significativamente maiores (D'Aquino, 2014).

4.3 Educação financeira nas escolas

De acordo com D'Aquino, é preciso reconhecer que o mundo mudou e as escolas precisam se atualizar. Elas não podem deixar de discutir a interdependência que assola países, nem fechar os olhos para a necessidade de atualizar os conteúdos educacionais. Mas, acima de tudo, as escolas não têm o direito de continuar a negligenciar as suas responsabilidades essenciais: ensinar fluência na leitura e escrita correta. Diante das falhas do país nessa área, dados da Unesco indicam que 75% da população é vítima de analfabetismo funcional, a principal ação educativa nas escolas é justamente ensinar a ler e escrever.

Atualmente, parece haver um consenso das escolas assumirem o processo de educar crianças e jovens em relação ao dinheiro. D'Aquino vê com preocupação o grande número de atribuições que esperam ser cumpridas pelas escolas no Brasil – mesmo que seja claro que o

ambiente escolar deve atuar como local de reflexão e transformação dos alunos. No entanto, em todo mundo, a educação financeira é antes de tudo um assunto familiar.

Ewald apud Avila (2010) também defende que a família é a principal responsável pela educação financeira, especialmente porque é a principal fonte de exemplos. No entanto, a família sozinha nem sempre é capaz de garantir condições para realizar a alfabetização financeira. Por isso, o autor reconhece que a escola, ao criar e desenvolver projetos de educação financeira, deve aproximar os pais, apresentando a proposta de trabalho e mostrar que o exemplo vem de casa. Dessa forma, fica claro que a família deve receber da escola o apoio necessário para desenvolver a sua função, aprendendo como administrar as crianças em situações que envolvem finanças e orçamento doméstico.

Cerbasi ressalta que a escola dá estrutura, ferramentas, reflexão formal e faz já ponderações debatidas. É nelas que a educação financeira deve ser entendida, mas só será absorvida na prática dos ensinamentos. E essa prática deve ser estimulada pelos pais, que não foram educados financeiramente. Segundo Cerbasi, à escola, caberia a posição de provocar aos pais atividades que façam com que repensem suas escolhas, ponderem a qualidade do que consomem, sua eficiência.

D'Aquino diz cabe às escolas a responsabilidade de reforçar a formação que recebem em casa. Porém, no Brasil, a educação financeira não está disponível nas famílias ou ainda não chegou nas escolas. As consequências desse fato são cruciais para uma vida repleta de turbulências econômicas, com consequências nefastas tanto para a vida das pessoas quanto para o país.

A OCDE (2012) sugere que, para que a abordagem da educação financeira nas escolas seja eficaz em escalas mais abrangente, ela deve fazer parte de uma estratégia nacional direcionada à capacitação financeira da população, e não a uma estratégia isolada. A instituição defende que a educação financeira seja essencial do currículo escolar, pois muitas vezes ainda é tratada como disciplina isolada. O ideal seria que ela interagisse com outras disciplinas do currículo escolar, proporcionando uma base ainda maior para as crianças na vida real.

Segundo Macedo (2016), a escola pode e deve, por exemplo, estimular o pensamento crítico nos alunos, tendo obrigação de conscientizá-los sobre escolhas que fazem. Todos esses aspectos são princípios da educação financeira. Percebe-se que, mesmo que a escola não influencie tanto quanto a família, ela ainda pode ajudar as crianças a se tornarem adultos mais conscientes. Contudo, a disciplina de educação financeira infantil é algo escasso e fora da realidade das escolas brasileiras.

Para D'Aquino, para organizar esse assunto em sala de aula, deve-se combinar a necessidade cultural e as diferenças de rendas em relação as famílias. Compreender essas diferenças é papel principal do professor. A autora alerta sua preocupação com possível constrangimento do aluno devido à sua realidade financeira. Como exemplo, pode-se citar atividades que estimulem os alunos fazerem pesquisas relacionadas à renda dos pais.

Uma das maneiras com a qual a escola pode contribuir para uma história mais saudável das crianças em relação ao dinheiro é na construção de um espírito crítico. E os professores podem usar exemplos fictícios, para que as crianças não se sintam desnudadas em sala de aula, ou que as famílias se sintam desafiadas pela escola a tomarem um papel que só cabem a elas.

O papel da escola é formar nos alunos pensamento crítico em relação ao consumo, também crítico na colocação do dinheiro como centro da cena, colocando-o em um papel maior que ele tem.

De maneira geral, D'Aquino (2014, p. 14) relata que o processo de educar as crianças para lidar com dinheiro deve abarcar quatro grandes áreas:

- Como ganhar: É saber que o dinheiro não vem dos pais e sim do trabalho. É fundamental para as crianças entenderem que ele é recebido em troca de alguma atividade, de algum esforço. Ganhar dinheiro é a capacidade de resolver problemas;
- Como poupar: As crianças devem ser levadas a perceber que o prazer de poupar é semelhante ao que se obtém ao gastar dinheiro. São prazeres complementares. Tomar cuidado com o apego exagerado ao dinheiro, que também é prejudicial na fase adulta. Ensinar a reconhecer a dualidade desses prazeres. Como em quase tudo que diz respeito ao modo de como a mentalidade de uma pessoa é formada, quanto menor a criança, mais fácil será;
- Como gastar: As crianças estão expostas à situação de consumo o tempo todo. Elas precisam saber que consumir é um processo de escolhas com consequências. Ensinar os filhos a discernir as consequências de seguir

essa ou aquela opção torna-os responsáveis pelo destino que constroem. Gastar é capacidade de fazer escolhas;

- Como doar: A doação de dinheiro é a forma mais fácil e descomprometida de generosidade. Contudo, é na doação de tempo e talento que se entrega de fato. É essencial ensinar às crianças que o ganho e o uso do dinheiro devem ser obrigatoriamente regulados pelos preceitos da ética e da responsabilidade social. Sem essa condição principal, nada mais do que seja ensinado em relação ao dinheiro faz qualquer sentido ou vale realmente a pena.

Já para Cerbasi (2019, p. 55), a educação financeira infantil deve seguir seis princípios:

- Valorizar: Ensinar que o ter não é mais importante que o ser, que as coisas mais importantes e valiosas da vida de qualquer ser humano não custam nada: como carinho, atenção, respeito. Com isso, na fase adulta os sentimentos são mais importantes que o material;
- Celebrar: Presentear constantemente a criança, sem que haja realmente uma necessidade da criança, a induz a ser adulto consumista e insatisfeito. Crie significado para cada conquista, presenteie somente quando houver motivo ou quando surgir uma “real” necessidade da criança. Assim, no futuro, se formarão jovens que sabem distinguir a diferença entre querer e precisar, e não jovens insatisfeitos com tudo, buscando sua satisfação em drogas e afins. Encher a criança de brinquedos não é uma boa estratégia. Ela deve aprender a oportunidade de ocasiões e datas para ganhá-los. Deve perceber não ser possível satisfazer todos os desejos;
- Orçar: A criança sabe que, para consumir, ela precisa de dinheiro e trabalhar para ter esse dinheiro. Com o tempo, ela vai aprendendo, com os adultos, que pode ter mais que seu

dinheiro pode comprar através dos financiamentos e empréstimos. Entender o significado da palavra orçar, na infância, é estimular o planejamento e controle. Isso proporciona uma vida boa, na fase adulta, com a consciência de que, se poupar hoje uma certa quantia por mês, a juros de tantos por cento, daqui a tantos anos, eu comprarei uma casa e não precisarei entrar em um financiamento pagando juros absurdos que comerão boa parte do meu salário por 30 anos da minha vida, por exemplo, ou que não preciso ir ao shopping e comprar 20 pares de sapato de uma só vez porque não sou centopeia (absurdo? Nem tanto, conheço várias pessoas que fazem isso e depois se arrependem porque o dinheiro do mês não deu para pagar tudo);

- Investir: Quando os pais valorizam demais o emprego e se esquecem de valorizar os empreendimentos, estão formando adultos que serão, no futuro, escravos do dinheiro. A única forma de enriquecer e ter uma vida tranquila não é somente trabalhando. Usar a sabedoria, aplicando uma parte do salário em algum investimento, é mais acertado. Criança que sabe que o dinheiro poupado cresce sozinho sabe diferenciar duas situações bem distintas encontradas nos bancos: “Juros trabalham para nós, aumentando nossa riqueza, quando usamos os serviços de investimentos dos bancos”. “Nós trabalhamos para os juros diminuindo nossas riquezas quando usamos serviços de empréstimos e financiamentos”;
- Negociar: Faça de cada compra ao lado de seu filho um evento marcante, diferencie as idas ao shopping a lazer das idas para compras. Recomenda uma postura mais fria e calculista nas situações de consumo. Negociação é a capacidade de convencer um vendedor, na hora da compra, de que o seu real vale mais que o real do outro cliente. Isso acontece somente

quando a própria pessoa sabe o real valor do seu dinheiro e a conscientização de que: um real economizado hoje mais um economizado amanhã dão um montante de dois reais (seu dinheiro dobrou);

- Equilibrar: A falta de cada um dos princípios acima é um peso a mais a puxar nossos jovens para o mundo das dificuldades financeiras. No entanto, os excessos podem ser tão danosos quanto a falta. O equilíbrio é aprendido com o tempo. Uma vida financeira saudável inclui capacidade de poupar e também de consumir, ambos em equilíbrio.

OCDE (2012) destaca que é primordial que os professores sejam capacitados para o desenvolvimento do projeto. Para que isso aconteça, é importante que esses educadores recebam formação contínua, acesso a materiais e ferramentas didáticas de qualidade.

A aplicação dos conceitos acima é uma tarefa árdua e lenta, já que é algo novo nas escolas brasileiras, porém algumas instituições podem complementar o ensino da educação financeira com palestras, atividades extraclasse, pois, embora a escola não seja a principal responsável pela educação financeira das crianças, ela tem a importante tarefa de transmitir conhecimento e ser elemento transformador nas vidas dos alunos.

5 ENSINANDO EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM SALA DE AULA

Este capítulo traz recursos disponibilizados pela Enef, através do site “vida e dinheiro”, para o ensino da educação financeira nas escolas. Além disso, apresenta atividades para colaborar com professor em sala de aula com o objetivo de auxiliá-lo na introdução da educação financeira dos seus alunos, pois se percebe escasso o número de orientações a respeito do tema. Não se trata de um guia apresentando passos a serem seguidos, mas uma tentativa de aproximar a nossa pesquisa de profissionais que atuam na Educação Básica.

Nossa intenção é sinalizar outra perspectiva à abordagem do dinheiro no currículo, tendo em vista a formação do estudante, tomando como base as instruções da BNCC.

5.1 Estrutura pedagógica apresentada pela Enef

A inclusão da educação financeira nas escolas é justificada por diversas razões fortemente promovidas por países estrangeiros que já acumulam experiência na área, dentre as quais se destacam os benefícios de se conhecer o universo financeiro e, utilizando-se desses conhecimentos, tomar decisões financeiras adequadas, que fortaleçam o comando autônomo da própria vida e, por extensão, do âmbito familiar e comunitário.

O Enef entende que, para a criança aprender a ser educada financeiramente, também é necessário que entenda que os recursos que ela usa ou que uma sociedade dispõe não são infinitos. Além disso, o conceito de economia vai dizer que existem infinitos produtos, mas há uma quantidade finita de recursos para obter os produtos, assim como nas relações com os recursos naturais, como alimentos, água, energia, combustível, todos esses recursos são naturais e provenientes de caros processos, cobrados no custo final ao consumidor e prejuízos causados ao meio ambiente.

O conceito de educação financeira adotado pela Enef a identificou como um processo a ser desenvolvido por meio de três vertentes – Informação, Formação e Orientação. Informação e Formação são como base para o desenvolvimento do tema no contexto escolar. Por informação, entende-se o provimento de fatos, dados e os conhecimentos específicos para tornar as pessoas atentas às oportunidades e escolhas financeiras, bem como às suas consequências. A vertente de formação trata de desenvolver valores e das competências necessárias para entender termos e conceitos financeiros por meio de ações educativas que

preparam as pessoas para empreender projetos individuais e sociais. Na figura abaixo, destacam-se os objetivos e as competências trazidos pelo programa:

Objetivos espaciais	Ob1	Formar para a cidadania	Debater direitos e deveres
	Ob2	Ensinar a consumir e a poupar de modo ético, consciente e responsável	Participar de decisões financeiras social e ambientalmente responsáveis
			Distinguir desejos e necessidades de consumo e poupança no contexto do projeto de vida familiar
	Ob3	Oferecer conceitos e ferramentas para tomada de decisão autônoma baseada em mudança de atitude	Ler e interpretar textos simples do universo da Educação Financeira
Ler criticamente textos publicitários			
			Participar de decisões financeiras considerando necessidades reais
	Ob4	Formar Multiplicadores	Atuar como multiplicador
Objetivos temporais	Ob5	Ensinar a planejar a curto, médio e longo prazos	Elaborar planejamento financeiro com ajuda
	Ob6	Desenvolver a cultura da prevenção	Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns considerando as repercussões imediatas de ações realizadas no presente
Cuidar de si próprio, da natureza e dos bens comuns considerando as repercussões futuras de ações realizadas no presente			

Figura 1- Objetivos espaciais e temporais

Os objetivos estão ligados às competências da disciplina a fim de formar perspectivas tangíveis, para o professor que ministrará esse tipo de aula. Esses objetivos orientarão os cidadãos a conhecerem seus direitos e deveres.

Ensina a consumir e economizar de forma consciente e responsável, por meio de ações e decisões financeiras sociais e ambientais, buscando através da leitura ser participativos fornecendo ferramentas para tomada de decisões individuais, para que o nosso universo financeiro possa se multiplicar através de reais necessidades.

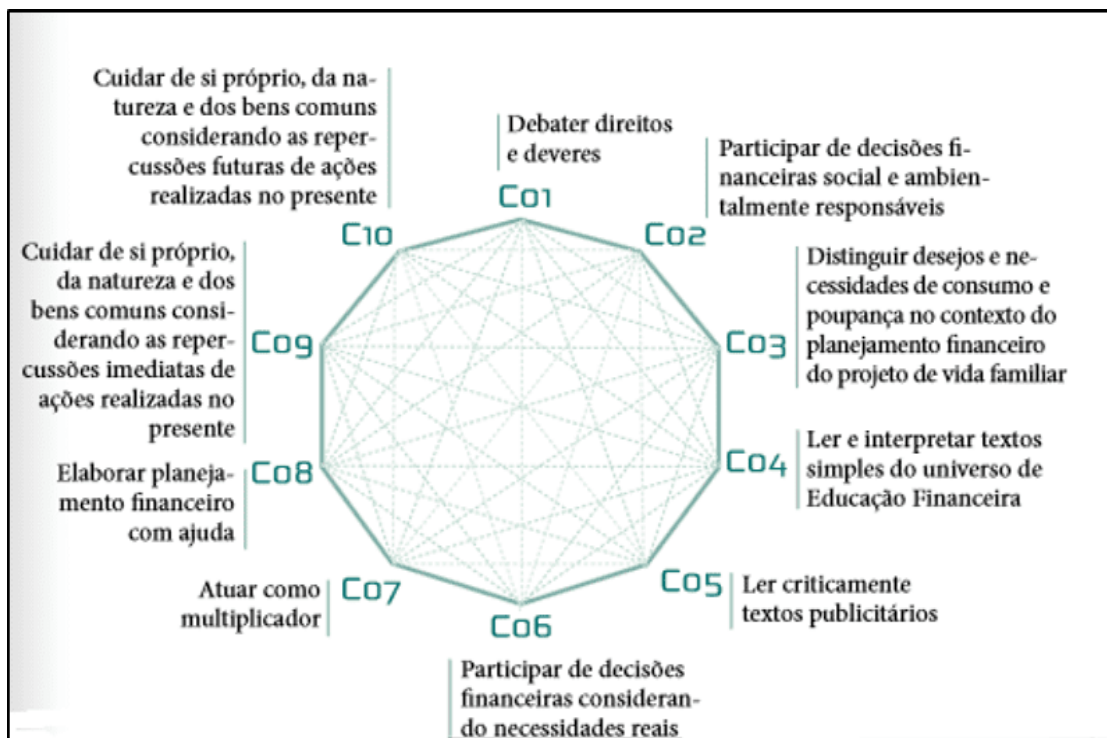


Figura 2- Ligações entre as competências

As ligações que as dez competências transmitem entre seus ensinamentos orientam todo processo de aprendizagem que é estipulado pelo professor. Observa-se que as competências pré-estabelecidas conversam entre si em vários sentidos. Portanto, independente do sentido que o professor utilize dentro desses quatro eixos, o aluno vai aprender a educação financeira, usando esse método do Enef, com base em diferentes situações-problema e as mais diversas disciplinas, desde sustentabilidade até português. Assim, educação financeira fica vinculada à matemática como metodologia transversal a todas as matérias possíveis.

O programa disponibiliza livros para todo o Ensino Fundamental e Ensino Médio, que poderão ser baixados no site Vida e Dinheiro. A tabela a seguir faz parte do livro Educação Financeira, que é direcionado aos alunos do Ensino Fundamental dos primeiros anos. Esse gráfico mostra a metodologia usada e os resultados esperados para o ensino desse eixo temático em sala de aula.

Figura 1. Quatro eixos temáticos para ensino financeiro na infância



Figura 3 - Quatro eixos temáticos para ensino financeiro na infância

Os Livros do aluno do 1º ao 4º ano encontram-se alinhados ao desenho curricular do programa de Educação Financeira para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Fundamentam-se nos eixos temáticos, com suas respectivas indagações, perpassando os quatro anos iniciais.

Os quatro eixos temáticos lançam os pilares de formação necessários à vida financeira saudável e aproximam os educandos dos conteúdos de Educação Financeira.

Produção e consumo

Esse eixo temático estuda e discute a trajetória dos produtos até chegar ao uso pelo consumidor e continua refletindo, inclusive, sobre seus descartes, os requisitos a longo prazo para compreensão geral de tal trajetória. Cada ano letivo contempla um produto ou uma categoria de produtos diferentes. A ideia é permitir que os alunos conheçam e pensem criticamente a respeito de como a sociedade se organiza para produzir, transportar e descartar produtos naturais e industrializados e qual o custo financeiro e socioambiental desse processo.

Organização

A organização faz parte do nosso dia a dia e é uma atitude importante para uma vida financeira saudável. Esse eixo temático consegue estimular a organização de aspectos cada vez mais complexos da vida pessoal dos alunos e os leva a conhecer como outras pessoas se organizam. A ideia é passar do âmbito pessoal para o social, no qual veremos como a sociedade

vem organizando a sua vida financeira, do escambo às instituições financeiras e aos órgãos reguladores dos mercados.

Cuidados

Este eixo temático pretende despertar as crianças para a necessidade de se cuidar daquilo que é partilhado por todos. Isso inclui a responsabilidade pessoal e social pelos espaços e bens comuns. Para atingir a tais objetivos, lança as bases do pensamento de longo prazo, essencial aos conceitos que envolvem a dimensão de futuro (trocas intertemporais, previdência/investimentos, seguro etc.).

Planejamento

Este eixo possibilita o engajamento dos educandos em preparativos necessários para se planejar e executar um evento, desde as primeiras ideias até o dia de sua realização. Oferece diversas oportunidades de exercitar, em ocasiões reais, modalidades simples de planejamento, com cálculos aritméticos crescentemente complexos.

Livros

O livro 1 está organizado em 4 projetos. O primeiro projeto questiona de onde vem e para onde vai a batata, mostrando seu ciclo de produção, desde a plantação até o descarte de seus restos, seu preço e como é consumida. Dessa forma, estimula a responsabilidade que se deve ter sobre o consumo e descarte de um alimento.

No segundo projeto, questiona como se organiza a sala de aula, a importância da organização, do pensar na coletividade – proposta que ajuda a criar hábitos saudáveis no campo financeiro e na vida. Entre outras atividades, é feita a planta baixa da sala de aula, estimulando a descoberta das cores e seus significados poéticos e sociais. A experiência da sala de aula serve como base para elaboração de futuros orçamentos.

O projeto 3 questiona quem cuida da natureza, das pessoas e da sociedade. Com o objetivo de despertar a consciência para a conservação de uma espécie ou bem coletivo, o cultivo dessa prática de cuidar dos primeiros passos do conceito de proteção.

O projeto 4 argumenta sobre como planejar e realizar um evento. A educação financeira depende de uma base de planejamento. Quando planejamos um evento e seus custos com antecedência, podemos pesquisar melhor preço e evitar despesas de última hora que geram prejuízo. Uma das atividades deste projeto, os alunos devem planejar uma festa e, para isso,

criar uma lista de brinquedos convidados para a festa, itens a serem comprados e seus preços. Além disso, devem decidir que brinquedo levar para festa e inventar suas histórias. São também levados a pensar sobre os brinquedos que não foram à festa. Será que estão sendo usados? Será que não seriam mais úteis nas mãos de outras crianças? Assim, aprendem o conceito de doação.

O livro 2 também é dividido em 4 projetos. O primeiro projeto questiona de onde vem e para onde vai o leite, mostrando como é feita a coleta até o descarte das caixinhas deste. Os projetos dos livros transversalizam os conhecimentos, podendo o professor iniciar a dinâmica perguntando aos alunos de onde vem o leite, o preço e quais alimentos contém. É analisado e contextualizado o quadro A leiteira, de Johannes Vermeer. Os alunos deverão ser apresentados à unidade de medida utilizada na produção de leite. Há também uma atividade de dramatização para a história “A leiteira e o balde”, permitindo-lhes adquirir noções práticas de conceitos de planejamento financeiro, receita e despesas.

No segundo projeto, é questionado como se organizam as coisas. Aprende-se a importância da organização pessoal e suas ferramentas – um excelente caminho para hábitos saudáveis, inclusive na vida financeira futura. Primeiramente, foca-se na organização da própria mochila, depois na organização da coletividade e sua importância em criar hábitos saudáveis no campo financeiro. Os alunos são incentivados a terem responsabilidade pelo acompanhamento dos seus pertences e pela relação deles com as atividades de cada dia, tendo contanto com a referência de tempo.

No projeto 3, serão realizados debates sobre quem cuida da casa, não só sobre a organização e o funcionamento de nosso lar, mas também nas conexões entre a vida pessoal e o meio ambiente. O cultivo desde cedo do hábito de cuidar planta bases do conceito de proteção e abre a perspectiva de futuro, já que a pessoa, o animal, o projeto ou o espaço que recebem cuidados tende a ter sua vida estendida no tempo. Há também atividades para que os alunos pensem sobre questões relativas à energia elétrica, de onde vem, como é produzida e porque é importante economizá-la. Além disso, aprendem a ler e interpretar os vários textos de contas de consumo, descobrindo a relação entre consumo e custo.

No projeto 4, questiona-se sobre o planejamento de um evento – uma vez que a educação financeira depende de uma boa base de planejamento. Ensina-se que, quando planejamos um evento e os custos com antecedência, podemos pesquisar preços e evitar despesas de última hora. Os alunos devem planejar uma festa no dia das crianças, para isso, devem tomar decisões, levantar preços, calcular quantidades e pensar em consumo e descarte.

O livro 3 contém 4 projetos. O primeiro projeto diz respeito a de onde vem e para onde vai a bola que se usa nas brincadeiras. Mostra que o mesmo processo começa com o uso da

matéria prima até seu final de vida, quando retorna à natureza em forma de lixo. Além disso, há um estudo interdisciplinar: na Matemática, é debatido o formato da bola em diferentes esportes; em História, pode-se debater sobre quem inventou a bola; e, em Geografia, debate-se quais países já sediaram a Copa do mundo.

O projeto 2 traz o questionamento sobre como se organizam as despesas de casa. Na atividade “O castelo de Tereza”, os alunos são levados a organizar as despesas de sua casa em envelopes, dividindo-os em determinadas categorias, e a planejar uma poupança para realizar uma viagem – atividades que funcionam como base para futuras realizações de orçamentos.

No terceiro projeto, debate-se sobre quem cuida da escola. Nesse momento, os alunos entram em contato com o mundo do trabalho. A partir dos profissionais que cuidam da escola, é feito levantamento de quantos são, a proporção entre os alunos, entre outros. As contas de consumo são revisitadas no âmbito escolar e pode ser feita comparação entre orçamento e gastos familiar e os da escola.

No quarto projeto, destaca-se o planejar e organizar de evento. Os alunos devem planejar o dia do livro. Dentre suas funções, eles devem decidir na arrumação dos livros, construir um sistema de troca entre si e trabalhar na divulgação do evento.

O livro 4 traz também 4 projetos, nos quais o primeiro questiona de onde vem e para onde vai o dinheiro. É proposto para questionar as crianças se conhecem as cédulas, seus nomes, valores e, a partir disso, mostrar o processo desde a produção até a reciclagem ou seu descarte. Temas transversais são sugeridos: história da moeda, linguagem cotidiana relacionada ao dinheiro e às dimensões das cédulas. Aprende-se como o trabalho traz dinheiro para o orçamento familiar, uma vez que, entrando neste, deve-se decidir se o dinheiro será gasto ou poupado.

No segundo projeto, debate-se como a sociedade se organiza hoje e como se organizava antigamente, bem como funcionava a economia antes da criação do dinheiro, que era feita através do escambo. Além disso, analisa-se a fábula “A cigarra e a formiga”, ajudando a compreender as trocas, mostrando que atitudes de hoje definem o futuro que terão. Outra atividade proposta é o dia do escambo, dia em que os alunos trazem brinquedos, que não usam mais, para serem trocados entre si.

No projeto 3, questiona-se quem cuida da cidade. Estudam-se a organização e o funcionamento de uma cidade, as conexões entre nossa vida pessoal e a esfera pública, como impostos e taxas custeiam serviços públicos. Apresenta também situações que permitem aos alunos compreenderem a necessidade de planejamento, organização e sistema de regras que

permitem um bom funcionamento das cidades, propondo a criação de um jogo a partir dos conhecimentos obtidos.

O Projeto 4 permite a realização e o planejamento de um evento. Os alunos são instruídos a planejar um evento sobre folclore. Para isso, precisam calcular o tempo das atividades e produzir cartazes, aprendem a apreciar a manifestação folclórica de cada região brasileira, suas histórias, significações, valorizando a identidade nacional. Assim, as ideias de cuidado, respeito e preservação, indispensáveis na educação financeira, são marcadas.

Assim, podemos observar que a Enef se preocupa em trazer uma educação financeira que baseia em tomar decisões com base em conhecimento e atitudes responsáveis, os quais trazem os efeitos sobre a própria vida, a vida de outras pessoas e sobre o meio ambiente.

5.2 Sequência didática

O significado da palavra sequência significa ação de seguir, portanto, pode-se dizer que sequência didática forma um conjunto de “etapas continuadas” referentes a um determinado tema, que auxilia professores no processo de ensino/aprendizagem, tornando a abordagem mais significativa para os alunos. A sequência didática constitui uma alternativa de organização ao modelo tradicional de ensino, que Zabala (1998) caracteriza por quatro etapas, que são: “comunicação da lição; estudo individual; repetição do conteúdo sem discussão ou ajuda recíproca; avaliação para julgamento quantitativo (nota) e sanção administrativa.” (p. 54).

Zabala (1998) propõe organizar o ensino estruturado como uma sequência didática: “[...] um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a realização de certos objetivos educacionais, que tem um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos.” (p. 18).

Assim, a sequência didática deve apresentar atividades ordenadas e sequenciadas, dispostas a atender ao objetivo educativo pedagógico pretendido. Portanto, no planejamento dessa sequência, precisamos definir desde as atividades iniciais até aquelas que marcarão sua conclusão. Além disso, é importante que todos conheçam os objetivos educacionais de uma sequência didática, do professor aos alunos, aos quais ela se destina.

Ao desenvolver uma sequência didática, o primeiro passo é criar um plano de aula. Esse plano é caracterizado por uma descrição detalhada do trabalho docente durante as aulas. Seus elementos são: título, caracterização (alunos, escola, ambiente escolar), objetivo geral, metodologia de ensino e tempo de duração, que pode ser em uma ou mais aulas.

Em geral, o plano de aula se limita a registrar seus objetivos, as atividades e a avaliação. Por outro lado, a sequência didática adiciona o material de apoio ao plano de aula. Assim, a essa sequência representa a junção entre o plano de aula e o material de apoio que são disponibilizados aos alunos. Este trabalho propôs construir duas sequências didáticas, que compõem ações promovidas para escola na busca do ensino da educação financeira.

Sobre os planos de aula de educação financeira

A educação financeira faz parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como um dos temas transversais que deve ser explorado e trabalhado de forma simultânea aos demais componentes curriculares. Segundo a Base, a educação financeira não deve se limitar ao ensino cru da matemática. “Essa unidade temática favorece um estudo interdisciplinar envolvendo as dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além da econômica, sobre as questões do consumo, trabalho e dinheiro”. Pretende-se, com os planos de educação financeira, fazer com que os estudantes reflitam sobre ações individuais e coletivas que podem impactar sua vida e a da sociedade.

Os planos de educação financeira têm como objetivo promover um trabalho inter e transdisciplinar, já que as habilidades destacadas para cada componente curricular se correlacionam com o tema transversal.

Em resumo, a produção das sequências didáticas teve por objetivo estimular a produção de significados dos estudantes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental a partir das atividades elaboradas associadas à educação financeira.

5.2.1 Sequência didática 1

Ano: 1º ano do Ensino Fundamental

Tema: Sistema monetário, Educação financeira

Habilidade da BNCC: (EF01MA19). Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do Sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano do estudante.

Objetivos: Refletir sobre o sistema financeiro nacional e relações de seu uso no dia a dia.

Objetivos específicos: Compreender ideias de composição de valores do Sistema de Monetário Nacional através de situações do cotidiano.

Recursos necessários: Atividade impressa, moedas impressas, lápis, borracha, caderno e projetor. Folha de papel A4 branca; Atividades impressas em folhas, coladas no caderno ou não; Canetinhas; Fita crepe/adesiva; Montes de cédulas e moedas de imitações das verdadeiras (existem materiais para recorte, geralmente nos anexos de livros didáticos consumíveis e que

poderão ser previamente recortados e guardados, individualmente em envelopes, para serem utilizados em diversas aulas sobre o Sistema Monetário Brasileiro). É interessante que as moedas que representam os centavos também estejam disponíveis no envelope do aluno. As imitações das cédulas e moedas devem estar em quantidade dobrada ou triplicada, para melhor manuseio e maior possibilidade de representações.

Conhecimentos que a turma deve dominar

Ideias em construção acerca do Sistema de Numeração Decimal: números, quantificação, sequência crescente e decrescente, contagem de um em um, de dois em dois, de cinco em cinco, de dez em dez etc;

Ideias acerca do Campo Aditivo: quantos a mais, quantos a menos, noção de acrescentar.

Conhecimentos de números na casa da centena.

Atividade 1

Introdução

Tempo sugerido: 2 minutos.

Orientação: Projete ou leia o objetivo para a turma.

Propósito: Compartilhar o objetivo da aula.

Desenvolvimento:

Tempo sugerido: 6 minutos, sendo um minuto para a leitura do objetivo da aula.

Orientação: Proponha aos alunos pensar em benefícios a respeito do conhecimento do sistema monetário nacional, no uso de cédulas e moedas em situações de nosso cotidiano. Com a questão das possibilidades do uso consciente do dinheiro em situações de compra, bem como a pesquisa visando a economia, estabeleça perguntas que possam motivar esse pensamento.

Propósito: Utilizar cédulas e moedas em situações do cotidiano, combinando grandezas na representação de valores, pensando nas aprendizagens geradas.

Discuta com a turma:

É importante saber usar cédulas e moedas?

É importante saber comprar?

Por que devemos ter responsabilidades no uso do dinheiro?

O que é fazer economia?

É importante planejar quando vamos sair para uma situação de compra?

Atividade 2

Tempo sugerido: 18 minutos.

Orientação: Alunos em duplas em situação de esforço produtivo. É importante terem o envelope de dinheirinho e o bloquinho de anotações e a atividade impressa para cada dupla. Exponha a seguinte questão: Roberta possui R\$60,00 da lista de produtos disponíveis, poderá escolher apenas 6 itens, pois precisa economizar para as compras da próxima semana. O que Roberta pode comprar? Some os valores dos produtos escolhidos e apresente qual seria o troco.

Propósito: Escolher produtos de acordo com suas próprias ideias, pensando em economizar valores.

Discuta com a turma: O que devo levar em consideração ao escolher os produtos?

Posso pensar no que seria mais necessário para Roberta?

Atividade 3

Tempo sugerido: 20 minutos.

Orientação: Alunos em duplas em situação de esforço produtivo. É importante terem o envelope de dinheirinho e o bloquinho de anotações e a atividade impressa para cada dupla.

Realizar a leitura da lista para que as duplas façam suas escolhas de produtos.

Propósito: Escolher produtos de acordo com suas próprias ideias, pensando em economizar valores.

Discuta com a turma:

O que devo levar em consideração ao escolher os produtos?

Posso pensar no que seria mais necessário para Roberta?

MACARRÃO R\$ 4,00
CARNE R\$ 30,00 O QUILO
REFRIGERANTE R\$ 7,00
BOLO R\$ 15,00
OVOS R\$ 8,50
MELANCIA R\$ 10,00
PÃO R\$ 9,00
CHOCOLATE R\$ 6,50
CUPCAKE R\$ 5,00
AZEITE R\$ 17,00
GELÉIA R\$ 3,00
EXTRATO DE TOMATE R\$ 5,50
GELATINA R\$ 2,00
FRANGO R\$ 10,00
LARANJA R\$ 6,00 O QUILO

nova
escola

Figura 4 – lista de produtos disponíveis

Atividade 4

<p>MACARRÃO</p> 	<p>CARNE</p> 	<p>REFRIGERANTE</p> 	<p>BOLO</p> 	<p>OVOS</p> 
<p>MELANCIA</p> 	<p>PÃO</p> 	<p>CHOCOLATE</p> 	<p>CUPCAKE</p> 	<p>AZEITE</p> 
<p>GELÉIA</p> 	<p>EXTRATO DE TOMATE</p> 	<p>GELATINA</p> 	<p>FRANGO</p> 	<p>LARANJA</p> 

Figura 5 – lista de preços

Tempo sugerido: 20 minutos.

Orientação: Alunos em duplas em situação de esforço produtivo. É importante terem o envelope de dinheirinho e o bloquinho de anotações e a atividade impressa para cada dupla.

Realizar a leitura da lista para que as duplas façam suas escolhas de produtos.

Propósito: Escolher produtos de acordo com suas próprias ideias, pensando em economizar valores.

Discuta com a turma:

O que devo levar em consideração ao escolher os produtos?

Posso pensar no que seria mais necessário para Roberta?

Discussão de Soluções

Tempo sugerido: 10 minutos.

Orientação: Cada dupla deverá apresentar suas listas, a soma dos produtos comprados, o troco recebido. Logo, deverão dizer se conseguiram economizar e justificar a escolha dos produtos da lista.

Discuta com a turma:

Como vocês pensaram a escolha dos produtos da lista?

O que ajuda a economizar quando saímos em situações de compra?

Devemos pesquisar preços?

É importante planejar?

É importante economizar?

Sistematização do conceito

Tempo sugerido: 2 minutos.

Orientação: Retome as ideias da aula, elencando os principais pontos de forma breve e pontual.

Discuta com a turma:

Quais os pontos principais da aula de hoje?

Como é possível economizar em situações de nosso cotidiano?

O que é ter responsabilidade nos momentos de compra?

Encerramento

Tempo sugerido: 3 minutos.

Orientação: Encerre a atividade retomando com os alunos que utilizamos cédulas e moedas para formar valores diferentes, em situações de nosso dia a dia.

Atividade extra

ROBERTA POSSUI R\$ 20,00 E PRECISA COMPRAR EXTRATO DE TOMATE. EM QUAL SUPERMERCADO, AO REALIZAR A COMPRA, ROBERTA IRÁ POUPAR MAIS, PENSANDO EM LEVAR MAIS PRODUTOS PAGANDO MENOS?



Figura 6 – Preço em mercados diferentes

Tempo sugerido: 10 minutos.

Orientação: Retome a informação de que a atividade será individual. Apresente a nova atividade aos alunos lendo-a em voz alta. Durante a resolução, faça as intervenções necessárias.

5.2.2 Sequência didática 2

Ano: 4º e 5º ano do Ensino Fundamental.

Tema: Consumismo e consumo consciente.

Habilidades da BNCC: (EF04MA25) resolver e elaborar problemas que envolvam situações de compra e venda e formas de pagamento, utilizando termos como troco e desconto, enfatizando o consumo ético, consciente e responsável, (EF05MA06) associar as representações 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, respectivamente, à décima parte, quarta parte, metade, três quartos e um inteiro, para calcular porcentagens, utilizando estratégias pessoais,

cálculo mental e calculadora, em contextos de educação financeira, entre outros, (EF04GE08) descrever e discutir o processo de produção (transformação de matérias-primas), circulação e consumo de diferentes produtos e (EF05CI05) construir propostas coletivas para um consumo mais consciente e criar soluções tecnológicas para o descarte adequado e a reutilização ou reciclagem de materiais consumidos na escola e/ou na vida cotidiana.

Objetivos de aprendizagem: Identificar práticas de consumismo e consumo consciente na sociedade moderna. Planejar ações que reflitam sobre como o consumo consciente é necessário para a vida em sociedade.

Recursos necessários: caneta hidrocor, tesoura, cola, papel colorido formato A4 e cartolina; computador, tablet ou celular; texto para a leitura dos grupos: Consumo consciente (2014); revistas, livros, jornais para a pesquisa do grupo.

Competências gerais: Conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, comunicação, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania.

Conhecimentos que a turma deve dominar: Sugere-se que, antes desta aula, a turma já tenha trabalhado com alguma habilidade da BNCC que esteja contemplada neste plano e que aborde o tema “consumismo e consumo consciente”. Caso ela ainda não tenha sido contemplada em seu plano de trabalho, faça uma breve introdução.

Introdução

Tempo sugerido: 8 minutos.

Orientações: Organize a turma em círculo e diga-lhes que irão discutir sobre algo que todos nós fazemos e que é essencial para a vida em sociedade. Apresente-lhes as imagens sugeridas e peça para dizerem sobre o que estão vendo. As imagens estão divididas em dois grupos: 1. Consumismo e 2. Consumo consciente. Os alunos não devem ser comunicados sobre esses dois grupos.

O que propor?

Proponha aos alunos as questões sugeridas a seguir. Caso queira, crie outras questões que possam dizer mais sobre o seu trabalho com o grupo.

Guie as discussões para que, ao final, os alunos consigam enxergar que elas tratam de formas diferentes de consumo.

Quando chegarem a essa conclusão, diga-lhes que irão resolver um problema que gira em torno de formas de consumo mais conscientes.

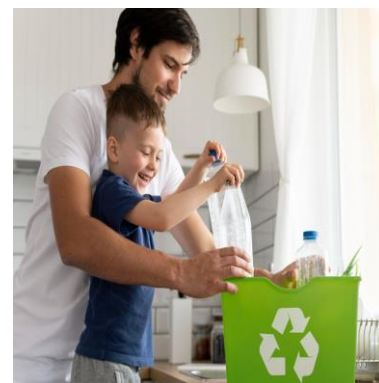
É importante que todos percebam e discutam o consumismo para além das práticas de compras de artigos pessoais, alimentação e eletrônicos, por exemplo, mas também em hábitos diários que incluem o uso de serviços essenciais como a água e a energia.

O que as imagens despertam em você?

Grupo 1



Grupo 2



Perguntas norteadoras

- Quais temas poderíamos trabalhar/discutir a partir dessas imagens?
- Esses temas estão relacionados entre si?
- Você costuma fazer suas compras da mesma forma com que aparecem em algumas imagens?
- Quais as suas percepções sobre essas formas de compra?
- O que você costuma fazer com frascos, recipientes, roupas e outros produtos que não utiliza?

Sugestões de adequação

Traga outras imagens para seu grupo. Utilize recortes ou projete mais imagens que ajudem a promover a discussão.

Problematização

Tempo sugerido: 26 minutos.

Orientações: Ainda de acordo com as imagens apresentadas, discuta com o grupo sobre práticas de consumo consciente e aquelas que mostram consumo excessivo.

Projete o vídeo para o grupo, pausando quando necessário e fazendo questionamentos sobre as práticas de consumo consciente e consumismo.

Vídeo: Consumo x Consumismo. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=LYfYNiERaiU>

Explique aos alunos que eles irão, em grupos, solucionar uma questão fazendo a leitura do material disponibilizado e pesquisando outras fontes, se quiserem. Divida os alunos em grupos de até 5 integrantes e diga-lhes que cada um irá desempenhar um papel diferente, de modo que todos tenham uma função bem definida no grupo, conforme a sugestão a seguir:

- Pesquisador – responsável pela leitura do material, seleção dos itens mais importantes e partilha com o grupo;
- Escritor/redator – responsável pelo registro de toda a discussão do grupo, fazendo também as considerações necessárias;
- Criador/ designer – responsável por selecionar as imagens, fazer os recortes e organizar as informações, seja em papel ou on-line;
- Apresentador/ repórter – responsável por partilhar as ideias discutidas no grupo com toda a turma;
- Controlador do tempo e dos materiais – responsável por selecionar os materiais a serem usados e controlar o tempo de realização da atividade e de suas etapas.

O que propor?

Provoque o grupo com a seguinte questão: Como podemos propor ações de consumo consciente para a nossa comunidade escolar?

Para resolver essa questão, entregue o texto Consumo consciente (2014) para o grupo e partilhe revistas e imagens que mostram diversas práticas de consumo, sejam elas conscientes ou não. Permita aos alunos que pesquisem tanto em materiais pré-selecionados como em algum dispositivo móvel ou conectado à internet. Leve para a sala de aula diferentes materiais que irão servir de apoio para os estudantes.

Explique aos grupos que, após a leitura do texto, eles devem montar um cartaz, folder ou apresentação on-line (PPT ou Google apresentações) para mostrarem aos colegas as propostas de consumo consciente.

Sugestões de adequação: Você pode propor outras formas de apresentação para os grupos, assim como ampliar a temática, debatendo outras maneiras de consumo consciente com foco em recursos da natureza, receitas da casa, entre outras.

Sistematização

Tempo sugerido: 8 minutos.

Orientações: Peça para cada grupo apresentar resumidamente as ideias de consumo consciente que desenvolveram a partir da pesquisa proposta. Solicite a um aluno de cada grupo que sintetize as ideias apresentadas, por meio de registro em um quadro coletivo. Você pode disponibilizar esse quadro no mural da sala de aula e entregar para cada integrante dos grupos um pincel para que eles façam os registros.

O que propor?

Enquanto ouvem as apresentações, informe aos alunos que eles deverão registrar uma opinião sobre o que cada grupo apresentou. Devem fazer uma apreciação crítica dentro de alguns critérios como clareza nas informações, relevância e conhecimento do tema, por exemplo.

Aprendizado

Tempo sugerido: 8 minutos.

Orientações: Proponha uma avaliação coletiva para o grupo. Explique que, coletivamente, eles farão uma avaliação da aprendizagem e deverão eleger os conceitos mais relevantes aprendidos na aula.

O que propor?

Entregue para cada grupo uma folha com alguns itens para serem preenchidos. Explique que eles precisarão estabelecer uma nota para cada item a ser avaliado.

Participação dos integrantes:

- 1 – O grupo não entendeu a proposta e não trabalhou junto na resolução do problema.
- 2 – A participação de todos no trabalho não foi igual.
- 3 – Participação ativa de todos integrantes.

Aprendizagem do grupo:

- 1 – O grupo não compreendeu todos os conceitos trabalhados.
- 2 – O grupo compreendeu parcialmente os conceitos trabalhados.
- 3 – O grupo compreendeu os conceitos trabalhados.

Ações de consumo consciente que o grupo adotaria.

Após o preenchimento, discuta com cada um dos grupos em particular as avaliações realizadas por eles e discutam se os registros feitos são condizentes com sua percepção.

5.2.3 Sequência didática 3

Ano: 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental.

Tema: Sensibilização para o consumo e descarte consciente.

Habilidades BNCC:(EF03MA06) resolver e elaborar problemas de adição e subtração com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, comparar e completar quantidades, utilizando diferentes estratégias de cálculo exato ou aproximado, incluindo cálculo mental; (EF03MA24) resolver e elaborar problemas que envolvam a comparação e a equivalência de valores monetários do sistema brasileiro em situações de compra, venda e troca; (EF03MA07) resolver e elaborar problemas de multiplicação (por 2, 3, 4, 5 e 10) com os significados de adição de parcelas iguais e elementos apresentados em disposição retangular, utilizando diferentes estratégias de cálculo e registros; (EF03GE05) identificar alimentos, minerais e outros produtos cultivados e extraídos da natureza, comparando as atividades de trabalho em diferentes lugares;

Objetivo: Construir, de forma colaborativa, produções para sensibilizar os familiares dos alunos para o consumo.

Objetivos específicos: Refletir sobre consumo doméstico e trabalhar educação financeira a partir da vivência simulada de compra, venda e/ou troca de produtos de consumo cotidiano.

Componentes: Geografia, Matemática e Ciências.

Recursos Necessários: Embalagens descartáveis trazidas pelos estudantes e fita adesiva para precificar os produtos.

Organização das aulas: essa sequência pode acontecer no contexto de um único componente (Geografia, Matemática ou Ciências) ou combinar encontros de dois ou três deles. Sugerimos que cada plano de aula seja realizado em aulas sequenciadas, no mesmo dia, por exemplo, casando um horário de Geografia com outros de Matemática ou Ciências. Se não for possível, os professores podem organizar as aulas de outra forma, tendo em conta os objetivos e as especificidades da sequência.

Ação prévia: solicite aos estudantes que levem para a primeira aula embalagens descartáveis de produtos domésticos já utilizadas e em bom estado, para que construam o ambiente simulado de um supermercado, mercearia ou quitanda. Além de levar tais objetos, espera-se que os estudantes confirmem com os familiares os valores médios desses produtos, que conversem sobre a importância deles para a família e a quantidade média de consumo (por exemplo: por que o arroz é importante em nossa casa e quantos pacotes consumimos por mês? Qual o valor de um pacote?). Peça que os estudantes registrem essas informações nos cadernos ou agendas, pois serão úteis para a atividade. Dessa forma, poderão refletir com mais conhecimento e de forma mais embasada na realidade em que vivem sobre a importância e o preço desses produtos.

Alinhamento da sequência com a Educação Empreendedora: a sequência coloca em pauta sustentabilidade, responsabilidade e ética nas relações de consumo. A autonomia e o protagonismo são trabalhados na medida em que os estudantes têm um forte papel na escolha do produto em foco no plano de aula 2 e na formulação da sensibilização prevista no plano de aula 3. Também incentiva o desenvolvimento da iniciativa e pensamento crítico no trabalho por busca de informações na investigação guiada. Por fim, o último plano de aula trabalha o desenvolvimento da criatividade, para que a turma construa um modo de sensibilizar os familiares.

Introdução

Atividade 1

**Vocês trouxeram
embalagens de quais
produtos consumidos
em suas moradias?**

Tempo sugerido: 10 minutos

Orientações: a pergunta geradora tem função mobilizadora, para já iniciar a aula com um momento de fala da turma, criando um ambiente de abertura, escuta e acolhimento. Deixe que alguns estudantes mostrem rapidamente as embalagens que trouxeram de casa. Em seguida, realize a apresentação do percurso de aprendizagem proposto pelo plano de aula e, nos casos em que os 3 planos forem realizados, dê toda a sequência. Explique quais são os objetivos, as expectativas de aprendizagem e a trajetória que a turma vivenciará nessa e nas próximas aulas. Saber de antemão sobre esses aspectos contribui para que os estudantes se engajem no processo e compreendam o que se espera deles.

Atividade 2

Tempo sugerido: 25 minutos.

Orientações: o objetivo desse momento é contar com a colaboração da turma para contextualizar as embalagens que trouxeram. Como ação prévia, foi solicitado que, além de trazerem as embalagens, conversassem com os familiares sobre o valor daqueles produtos, a importância deles para o consumo familiar e a quantidade de uso. Para exemplificar, peça que alguns estudantes falem sobre o produto que trouxeram, apresentando as informações coletadas com os parentes. Como não haverá tempo para que todos se apresentem, sugira que as falas contemplem produtos de diferentes categorias – alimentação, limpeza e outras utilidades domésticas –, criando, assim, um sentido de relevância para todas elas.

Como adequar à sua realidade: pode acontecer de alguns estudantes não levarem embalagens, ou até mesmo de a maioria dos produtos pertencer a uma única categoria. Uma opção para lidar com essa situação é preparar previamente uma apresentação de slides, ou uma página impressa, com figuras de produtos diversos e algumas informações básicas sobre eles. Nesse caso, busque contemplar produtos que sejam de fato consumidos na região onde vivem e que estejam alinhados com a condição socioeconômica média das famílias da turma. Dessa forma, os estudantes poderão se familiarizar mais facilmente com esses exemplos.

Atividade 3

Quanto gasta uma família de quatro pessoas para consumir itens considerados importantes durante uma semana?

Tempo sugerido: 25 minutos.

Orientações: proponha a questão da pergunta acima para a turma e verifique se alguém sabe indicar um valor aproximado e por quê. Não é esperado que os estudantes tenham uma resposta definitiva, apenas que sejam provocados a refletir sobre ela. Além disso, tenha em vista que, ao questionar sobre os itens considerados importantes, levará em conta as informações apresentadas pelos familiares dos estudantes sobre quais produtos são mais relevantes.

A partir das respostas, busque costurar um comentário sobre como os gastos domésticos, especialmente com alimentação, consomem uma fatia considerável das rendas familiares. Explique que é importante que os estudantes, ao longo da trajetória escolar, desenvolvam conhecimentos para consumir de forma equilibrada e consciente, apoiando as famílias a fazerem o mesmo. Importante destacar que há alguns itens que podem ser considerados essenciais pelas famílias, mas que não são industrializados e, muitas vezes, não têm embalagem, como frutas, legumes e verduras.

Desenvolvimento

Hora de ir
às compras!

Tempo sugerido: 60 minutos.

Orientações: a turma, dividida em grupos, vai vivenciar uma simulação de compras no supermercado com o objetivo de construir uma resposta para a situação-problema colocada na etapa anterior: “Quanto gasta uma família de quatro pessoas para consumir alguns itens básicos durante uma semana?” Para isso, são indicados alguns passos:

A turma deve organizar as embalagens trazidas em um espaço da sala. A disposição pode ser feita de acordo com as categorias discutidas anteriormente (alimentação, limpeza e outras utilidades domésticas).

Os estudantes devem precificar os produtos conforme as informações que coletaram com os familiares. Para isso, podem colar um pedaço de fita adesiva sobre cada embalagem e anotar sobre ela o valor aproximado.

A turma deve dividir-se em grupos de 5 estudantes. A organização pode ser livre – por afinidade – ou seguir algum critério sugerido por você, de acordo com o que conhece da turma. Caso, nas etapas anteriores do plano de aula, alguns estudantes tenham demonstrado maior conhecimento sobre as dinâmicas de consumo familiar, é interessante que eles se liguem a diferentes agrupamentos.

Cada grupo deve indicar os produtos que considera necessários para uma família de quatro pessoas consumir em uma semana. Além disso, deve indicar a quantidade de cada produto e, ao final das “compras”, calcular o gasto total. Nesse processo, estarão exercitando competências matemáticas relacionadas à soma, subtração, multiplicação e divisão.

A colaboração entre os estudantes é elemento central da Educação Empreendedora. Por isso, nos momentos de trabalho em grupo, destaque para a turma a relevância de que todos se empenhem na atividade, apoiem os colegas de grupo na construção das aprendizagens, se responsabilizem pelas ações e deem o melhor de si para que, juntos, desenvolvam um bom trabalho.

Como adequar à sua realidade: nas orientações, foi proposta a simulação de compras em um supermercado. Considere que, em algumas comunidades, distritos e cidades, o consumo de produtos domésticos é feito, sobretudo, em vendas e mercearias. Em alguns casos, em vez de compras, são realizadas também trocas e escambos.

Nenhuma dessas situações altera a estruturação da atividade. Fique atento para as palavras que serão usadas na orientação da turma. No caso das trocas e dos escambos, em vez de indicar os custos em reais, oriente os estudantes a mencionarem os produtos ou serviços que são utilizados nessas transações.

Sobre a lista de compras: o consumo de uma família de quatro pessoas varia bastante conforme região, classe social e outros critérios. Não se espera, portanto, que os grupos saibam exatamente o que e quanto consome uma família de quatro pessoas, mas que, a partir da conversa com os familiares e das vivências cotidianas, estimem esses valores e quantidades.

Ajude a turma a construir parâmetros para as listas de compras. Um bom modo de fazer isso é partir dos itens previstos em uma cesta básica, calculada tendo em vista o consumo de uma família de quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) para um mês. A seguir, estão listados os produtos de uma cesta básica com quantidades estimadas de consumo semanal. Além disso, a lista conta com alguns produtos de limpeza adicionais. Para fazer a mediação, confira previamente os preços desses produtos em um supermercado/venda da sua cidade.

- Carne 2 kg
- Leite 4 l
- Feijão 1 kg
- Arroz 1 kg
- Farinha 0,5 kg
- Batata 2 kg
- Legumes (tomate) 2 kg
- Pão 1,5 kg
- Café em pó 0,2 kg
- Frutas (banana) 20 unid
- Açúcar 1 kg
- Óleo/banha 0,5 kg
- Manteiga 0,2 kg
- Papel higiênico 4 unid
- Detergente 1 unid
- Desinfetante 1 unid

Fechamento

O que vocês compraram? E por quê?

Tempo sugerido: 30 minutos.

Orientações: peça para alguns grupos apresentarem para o restante da turma parte dos produtos que compraram e o valor total das listas deles. Durante as falas, intervenha de forma a problematizar as escolhas:

- Por que escolheram esses produtos? E essa quantidade?
- A conversa com suas famílias ajudou vocês a refletirem sobre quais produtos levar?

Averigue se os grupos fizeram escolhas intencionais e quais critérios tinham em vista nos momentos de decisão. Observe se levaram em conta a situação-problema, suas orientações e o contexto de consumo em que vivem. Caso as apresentações dos grupos não contemplem esses aspectos, apresente algumas perguntas para estimular que reflitam sobre eles, como:

- O que pensaram ao escolher esses produtos?
- Por que consideram que eles são suficientes para uma família de quatro pessoas?
- Por que consideram que eles são importantes para o consumo de uma família?

A partir das apresentações, dialogue com a turma sobre as semelhanças e diferenças entre as listas. Se considerar que alguma delas está muito desalinhada às reais necessidades e possibilidades de uma família de quatro pessoas que viva uma realidade próxima à dos estudantes, converse com a turma e explique o porquê disso. A lista, baseada em uma cesta básica, apresentada anteriormente, pode servir como parâmetro para sua avaliação. Pergunte: “Qual a importância de comprar uma quantidade de produtos adequada ao contexto e ao consumo da família?” Construa com a turma a ideia de que comprar produtos a mais, a não ser que a família tenha se planejado para isso, pode acarretar no desperdício de dinheiro ou de produtos, e que é sempre importante fazer as contas das compras, sejam elas semanais, sejam mensais, para que a família faça uso mais consciente do dinheiro.

Por fim, explique à turma de estudantes que a melhor forma de conferirem se a proposição de compras que fizeram está de acordo com a situação-problema apresentada é conversando com as famílias. Sugira que levem a lista de compras para casa e dialoguem com os parentes sobre as atividades vivenciadas nessas duas aulas. Indique que podem fazer algumas perguntas aos familiares, como:

- Os produtos que escolhemos são necessários?
- Os preços estão corretos ou próximos da realidade?
- Está faltando algum item essencial na nossa lista?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a criação do dinheiro, vemos a necessidade de falar sobre ele. A necessidade de controle de gastos, em remuneração adequada, atentar-se para o custo/benefício do que se consome, planejar para investimentos. Mas esse conjunto de elementos que envolvem a educação financeira, incluindo o pensar a longa prazo, não é realidade para grande parte da população brasileira, pois somos filhos da instabilidade econômica, que durou décadas.

Assim, devido à carência de conhecimentos dos cidadãos para lidar com seus recursos, viu-se a necessidade de trazer esse conhecimento às salas de aulas. Este presente trabalho propôs trazer o caminho percorrido, até então, da educação financeira no Brasil, destacando os desafios para implementação da educação financeira nas escolas e sua importância, em especial na educação dos mais novos.

A escola está preparada para educar financeiramente seus alunos? Em resposta a isso, especialistas dizem que não, por conta de três motivos principais: 1) falta de especialização dos professores sobre o assunto; 2) a maior responsabilidade da escola é a leitura e a escrita dos alunos, e pesquisa mostra que 75% dos brasileiros são analfabetos funcionais; 3) os pais, estima-se, são os maiores responsáveis pela educação financeira dos filhos.

Mas, diante de tudo isso, podemos perceber os grandes desafios que as escolas têm pela frente. Mas por outro lado, sabemos da responsabilidade da escola como agente transformador nas vidas dos futuros cidadãos. Assim, a escola tem o compromisso de criar maneiras para que essa transformação se concretize. E a educação financeira é de extrema importância para que isso aconteça. Autores sugerem que as escolas devam trazer os pais para a discussão e também capacitar os professores deve ser prioridade.

A discussão sobre o dinheiro nas escolas é de grande importância, levando em consideração de que falar sobre dinheiro é um tabu em casa e em toda sociedade, principalmente, na infância, onde pais creem que crianças devem ficar totalmente alheias a questões financeiras da família.

É um assunto novo no ambiente escolar, vale muito a discussão sobre o tema. E este trabalho é mais uma contribuição para o debate.

REFERÊNCIAS

- ALVES, M. C. Quem poupa sempre tem. Nova escola. Acesso em: fevereiro de 2022. Disponível em: <https://planosdeaula.novaescola.org.br/fundamental/1ano/matematica/quem-poupa-sempre-tem/1491>
- ASSIS, M. R. da S.; GIORDANO, C. C. Educação financeira e a base nacional comum curricular. **Em Teia**, v. 10, n.3, 2019
- AVILA, M. A importância da educação financeira no contexto escolar e familiar. 2015. Acesso em: 24 de janeiro. Disponível em: https://www.academia.edu/38159173/A_importancia_da_Educacao_Financeira_no_contexto_escolar_e_familiar
- BACCARIN, José Giacomo; DE OLIVEIRA, Jonatan Alexandre. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da Covid 19, Continuidade e Mudanças. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. e021002-e021002, 2021.
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular, 2017. Acesso em: 22 janeiro de 2022. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 1996. Acesso em: 20 janeiro de 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- BRASIL. PCN: Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil. Brasília, 2006. Acesso em: 21 janeiro de 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>
- BRASIL. ENEF-Estratégia Nacional de Educação Financeira. 2011. Acesso em: 20 de janeiro de 2022. Disponível: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>
- CABRAL, B. B. Educação financeira: O primeiro passo para o consumo consciente. **Acadêmico mundo Multidisciplinar**. Bahia, ano 01, n. 2, out. 2013. Acesso em: 23 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://silo.tips/download/educacao-financeira-o-primeiro-passo-para-consumo-consciente>
- CAMPOS, M. B. **Educação financeira na matemática do ensino fundamental**: uma análise da produção de significados. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) - Instituto de ciências exatas, Universidade federal de juiz de fora, Juiz de Fora, 2012.

CERBASI, G. **Pais inteligentes enriquecem seus filhos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2019. *Ebook*.

CERBASI, Gustavo. **Filhos inteligentes enriquecem sozinhos: Como preparar seus filhos para lidar com o dinheiro**. São Paulo: Editora Gente, 2006.

CORDEIRO, N. J. N.; COSTA, M. G. V.; DA SILVA, M. N. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. **Ensino da Matemática em Debate**, v. 5, n. 1, p. 69-84, 2018.

D'AQUINO, C. de. Escola. Acesso em: 20 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://educacaofinanceira.com.br/escola/>

D'AQUINO, C. de. **Como falar de dinheiro com seu filho**. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. *Ebook*.

DE SOUZA, D. P. **A importância da educação financeira infantil**. 2012. Dissertação (Bacharel em Ciências Contábeis) - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, 2012.

FEDERAL, S. Constituição federal de 1988. Brasília. Acesso em: 20 de janeiro de 2022 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FREITAS, T. C.C. **Educação financeira para crianças e adolescentes**, 2014. Dissertação (Bacharel em Administração de empresas). Faculdade Estácio de Sá, Juiz de Fora, 2014

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**1. Ed.: Plageder, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, J. P. A história da matemática comercial e financeira. Acesso 15 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.somatematica.com.br/historia/matfinanceira4.php>.

GRANDO, N. I.; SCHNEIDER, I. J. Matemática financeira: alguns elementos históricos e contemporâneos. **Zetetike**, v. 18, n. 1, 2010.

G1. Endividamento bate novo recorde e atinge 74,6% das famílias, aponta CNC. 04 nov de 2021. Acesso 30 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/11/04/endividamento-bate-novo-recorde-e-atinge-746percent-das-familias-aponta-cnc.ghtml>

IFRAH, G. **História universal dos algarismos: a inteligência dos homens contada pelos números e pelo cálculo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

KIYOSAKI, R. T. **Pai rico, pai pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018. *Ebook*.

MARTINS, L. Consumo consciente: o que é e como aplicar no dia a dia? Finanças pessoais e outras coisas. (2014). Disponível em:

<https://docs.google.com/document/d/126iUoPstoBz3KVq0nTLfHbCQEEwtwRFycoEEz1VTJnk/edit>

MENDES, R. de A. Educação financeira infantil sob a perspectiva da neurociência. **Revista Primeira Evolução**, v. 1, n. 15, p. 89-98, 2021.

MORAIS, L. C. C.; CARNEIRO, L. F. R. A importância da educação financeira no contexto escolar e familiar. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 1, n. 1, 2017.

MODERNELL, A. Afinal, o que é educação financeira? 2011. Acesso em: 23 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://ucho.info/2011/09/08/afinal-o-que-e-educacao-financeira/>

OCDE. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **The importance of financial education**. 2006. Acesso em: janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/37087833.pdf>

OCDE. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**. 2005. Acesso em: janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/35108560.pdf>

PEREIRA, D. H. **Educação financeira infantil seu impacto no consumo consciente**, 2009. Dissertação (Bacharelado em Administração) –Faculdades Integradas Campos Salles, São Paulo, 2009

RIBEIRO, Débora Cristina B.; EWALD, Ariane Patrícia. Ética e publicidade infantil. **Comunicação & Inovação**, v. 11, n. 20, 2010.

ROBERT, J. A origem do dinheiro. 2. ed. São Paulo: Global, 1989.

SAITO, A. T. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SALAS, P. Como fica a BNCC no planejamento 2021? 11 nov de 2020. **Nova escola**. Acesso em: 31 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19943/como-fica-a-bncc-no-planejamento-de-2021>

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, v. 41, p. 1121-1141, 2007

SOARES, M. M.; SOBRINHO, M.; MICROFINANÇAS, AD O papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito. **Brasília: BCB**, 2008.

SOUZA, T. C. A. **Educação financeira no ensino médio: da escola para a vida**. 2020. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas

Gerais PROFMAT - Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional, Belo Horizonte, 2020.

TORRES, F. S., FLOHR L. C. **Sociedade e meio ambiente**. Ed: Uniasselvi, 2013

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Norte do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, São Paulo, v.9, n.3, p. 61-84, 2011.

WEATHERFORD, J. **A história do dinheiro**. São Paulo: Negócio Editora, 1999. Acesso em: 21 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.portalconservador.com/livros/Jack-Weatherford-A-Historia-do-Dinheiro.pdf>.